



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

Cassiele Gomes Pauli

**EXPERIÊNCIA DE TRABALHO TEMPORÁRIO DE PSICÓLOGOS  
QUE ATUARAM NO CREAS**

Santa Maria, RS

2017

**Cassiele Gomes Pauli**

**EXPERIÊNCIA DE TRABALHO TEMPORÁRIO DE PSICÓLOGOS QUE  
ATUARAM NO CREAS**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Área de Concentração: Psicologia, Linha de Pesquisa: Saúde, Desenvolvimento e Contextos Sociais da UFSM - Universidade Federal de Santa Maria, RS como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Psicologia.**

**Orientadora: Professora Dra. Aline Cardoso Siqueira**

Santa Maria, RS

2017

Ficha catalográfica elaborada através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Central da UFSM, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Pauli, Cassiele Gomes

EXPERIÊNCIA DE TRABALHO TEMPORÁRIO DE PSICÓLOGOS QUE ATUARAM NO CREAS / Cassiele Gomes Pauli.- 2017.

68 p.; 30 cm

Orientadora: Aline Cardoso Siqueira

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, RS, 2017

1. Assistência Social 2. CREAS 3. Psicologia 4. Contratação Temporária 5. Precarização no Trabalho I. Siqueira, Aline Cardoso II. Título.

---

© 2017

Todos os direitos autorais reservados a Cassiele Gomes Pauli. A reprodução de partes ou do todo deste trabalho só poderá ser feita mediante a citação da fonte.

E- mail: cassipauli@hotmail.com

**Cassiele Gomes Pauli**

**EXPERIÊNCIA DE TRABALHO TEMPORÁRIO DE PSICÓLOGOS  
QUE ATUARAM NO CREAS**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Área de Concentração: Psicologia, Linha de Pesquisa: Saúde, Desenvolvimento e Contextos Sociais da UFSM - Universidade Federal de Santa Maria, RS como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Psicologia.**

**Aprovado em 09 de maio de 2017:**

---

**Dra. Aline Cardoso Siqueira (UFSM)  
(Presidente/Orientadora)**

---

**Dr. Francisco Ritter (UFSM)**

---

**Dra. Luciane Najar Smeha (UNIFRA)**

Santa Maria, RS

2017

## DEDICATÓRIA

*Dedico este trabalho à minha amiga-irmã Vanessa Zanetti Barcellos, que esteve comigo desde a infância, comemorando cada pequena vitória, acreditando no meu potencial e que, durante esta trajetória, fisicamente me deixou, mas continua viva em meu coração.*

*Te amo, Vá!*

## AGRADECIMENTOS

Neste momento tão significativo, agradecer parece não ser o suficiente. O desejo de realizar o Mestrado nasceu durante a Graduação e teve um processo a ser trilhado até chegar o “momento certo”, mesmo sabendo que talvez este seria um dos momentos mais difíceis de assumir tamanho o desafio. Foram 13 meses de estudo e muito trabalho, tempo suficiente para eu ter certeza do caminho que quero seguir daqui em diante, por isso tenho muito a agradecer!

Mãe, você me ensinou a querer descobrir o mundo através do conhecimento. Você sempre esteve atenta a todas as oportunidades, encorajando-me a fazer o mesmo e acreditar intensamente. Cada etapa vencida é um passo mais próximo de onde quero chegar, inspirado em você!

Antonella, minha luz, em muitos momentos, sua presença dinâmica fez com que as etapas se tornassem mais longas, no entanto, ter você nesta caminhada fez tudo ter mais sentido... Com você, aprendi a ser mais paciente quando tudo pedia pressa, aprendi a ver o lado bom mesmo em dias difíceis, aprendi que errar faz parte do caminho e que logo ficamos mais fortes. Espero continuar estudando contigo por muitos e muitos anos, como fizemos durante este tempo.

Léo, Fran, Mithi, Pai, Fernando e Mozart vocês foram o cuidado na minha ausência, a carona que me fez chegar, o apoio quando estava cansada, a comemoração quando eu vencida cada etapa. Meu amor por vocês me torna melhor, agradeço cada minuto doado e dedicado a nós nesse importante momento.

À minha Professora Orientadora, Dra. Aline Cardoso Siqueira!!! Você acreditou em mim e me deu a tão sonhada oportunidade, fez-me ver longe, testou meus limites e me fez superá-los. Nossa trajetória foi relativamente curta mas muito intensa, espero que, com o tempo, eu possa ser a aluna que você tanto almejou... Obrigada por tudo, aprendi muito com você e tenho certeza de que vou continuar aprendendo.

Queridas professoras Elisete Soares Traesel, Luciane Najjar Smeha e Josiane Abaid, como fui feliz em ter vocês comigo! Que honra aprender mais um pouco com vocês, obrigada pela generosidade e pelo tempo dedicado a me ensinar. Professor Francisco Ritter, agradeço a sua disponibilidade em estar presente neste momento.

Daniele Dalla Porta e Marina Antoniazzi, dividir o Mestrado com vocês tornou tudo mais leve! Obrigada!

Aos meus amigos de fé, Juliano, Giana, Joel e Néia um abraço bem apertado de quem agradece todos os dias por ter amigos assim ♥.

Por fim, quem tem fé tem tudo! Obrigada por mais esta etapa, Deus, que venham as outras com muita saúde, serenidade e amor...

## RESUMO

# EXPERIÊNCIA DE TRABALHO TEMPORÁRIO DE PSICÓLOGOS QUE ATUARAM NO CREAS

AUTORA: Cassiele Gomes Pauli  
ORIENTADORA: Dra. Aline Cardoso Siqueira

A Psicologia tem atuado de forma crescente no campo da Assistência Social, absorvendo um número significativo de profissionais na atualidade. Destaca-se que as contratações são realizadas pelas prefeituras municipais, que direcionam os profissionais aos serviços de Assistência Social, sendo um deles o Centro de Referência em Assistência Social (CREAS). Assim, esta dissertação tem como objetivo identificar o sentido do trabalho para psicólogos temporários que atuaram no campo da Assistência Social, especificamente no CREAS, de um Município do interior do Rio Grande do Sul. Com base nos pressupostos teóricos da Psicodinâmica do Trabalho de Dejours, trata-se de uma pesquisa qualitativa de caráter transversal e exploratório, com natureza descritiva. Participaram deste estudo seis psicólogos que trabalharam em um CREAS, mediante contrato de trabalho temporário, entre os anos de 2010 a 2015. Para tanto, foi utilizado o procedimento chamado *snowball* para recrutamento dos psicólogos. Os participantes responderam uma entrevista individual semiestruturada, que foi analisada por meio da Análise de Conteúdo. Esta análise deu origem a quatro categorias: *O campo da Assistência Social como oportunidade de atuação para a Psicologia*, *A experiência de trabalho no CREAS e os reflexos no Planejamento de Carreira*, *Precarização do trabalho temporário no CREAS* e, por fim, *O sentido que os psicólogos temporários do CREAS deram para esta vivência de trabalho*. A partir dos resultados de tais categorias, foi possível perceber que o trabalho temporário, para os psicólogos entrevistados, foi de grande valor, sendo que, para muitos deles, fora este o primeiro emprego enquanto psicólogos, o que promoveu sentimento de reconhecimento e identificação com as problemáticas enfrentadas. Por outro lado, foi uma experiência de muito investimento, desgaste, frustração e adoecimento.

**Palavras-chave:** Assistência Social. CREAS. Psicologia. Contratação Temporária. Precarização no Trabalho.

## ABSTRACT

### PSYCHOLOGISTS TEMPORARY WORK EXPERIENCE ON CREAS

AUTHOR: Cassiele Gomes Pauli  
ADVISOR: Dra. Aline Cardoso Siqueira

Psychology has been increasingly active in the field of Social Assistance, absorbing a significant number of professionals currently. It is important to note that hirings are carried out by municipal governments, which direct professionals to Social Assistance services, one of them is the *Reference Center for Specialized Social Assistance* (CREAS). Thus, this dissertation aims to identify the meaning of the work for temporary psychologists who worked in the field of Social Assistance, specifically CREAS, in an interior municipality of the Rio Grande do Sul. Based on the theoretical assumptions in *Psychodynamics of Work*, by Dejours, it is a qualitative research of transversal and exploratory nature, with descriptive nature. Six psychologists participated in this study who worked on a CREAS, under a temporary work contract, between the years 2010 to 2015. For this purpose, a procedure called snowball was used to recruit psychologists. Participants answered a semi-structured individual interview, which was analyzed through Content Analysis. This analysis gave rise to four categories: *The field of Social Assistance as an opportunity to work for Psychology*, *The experience of work in CREAS and the reflexes in Career Planning*, *Precarization of temporary work in CREAS* and, finally, *The meaning that the CREAS temporary psychologists gave to this work experience*. From the results of such categories, it was possible to perceive that the temporary work for the psychologists interviewed was great value, and for many of them it was the first job as psychologists, which promoted a sense of recognition and identification with problems faced. On the other hand, it was an experience of much investment, wear, frustration and illness.

**Keywords:** Social assistance. CREAS. Psychology. Temporary hiring. Precarization at Work.



## SUMÁRIO

|  |    |
|--|----|
| <b>1 INTRODUÇÃO</b> .....                                  | 9  |
| 1.1 DEFINIÇÃO DO TEMA .....                                | 10 |
| 1.2 JUSTIFICATIVA .....                                    | 10 |
| 1.3 OBJETIVOS .....  | 11 |
| 1.3.1 Objetivo Geral .....                                 | 11 |
| 1.3.2 Objetivos Específicos .....                          | 11 |
| <b>2 REVISÃO TEÓRICA</b> .....                             | 13 |
| 2.1 O PSICÓLOGO NA ASSISTÊNCIA SOCIAL .....                | 13 |
| 2.2 TRABALHO TEMPORÁRIO E A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO ..... | 18 |
| <b>3 MÉTODO</b> .....                                      | 23 |
| 3.1 DELINEAMENTO .....                                     | 23 |
| 3.2 CONTEXTUALIZAÇÃO E PARTICIPANTES .....                 | 23 |
| 3.3 INSTRUMENTO .....                                      | 25 |
| 3.4 ANÁLISE DOS DADOS .....                                | 26 |
| 3.5 PROCEDIMENTO E CONSIDERAÇÕES ÉTICAS .....              | 26 |
| <b>4 RESULTADOS E DISCUSSÃO</b> .....                      | 28 |
| <b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....                        | 52 |
| <b>REFERÊNCIAS</b> .....                                   | 55 |
| <b>APÊNDICES</b> .....                                     | 65 |

## 1 INTRODUÇÃO

A Psicologia tem ampliado sua atuação em inúmeros campos de trabalho, como no campo da Assistência Social, o qual tem efetuado um número significativo de contratações nas últimas décadas. A inserção desse profissional nesse campo tem sido efetivada nacionalmente pelas prefeituras municipais, cuja contratação é realizada de acordo com a diretriz da descentralização prevista no Sistema Único da Assistência Social - SUAS (BRASIL, 2005), possibilitando mais acessos aos serviços especializados.

O ingresso do psicólogo na Assistência Social ocorre, em geral, por meio de concursos públicos, contratos temporários, contratação pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), trabalho autônomo, entre outros tipos de vínculos, que direcionam o trabalho a ser desenvolvido. As atividades, carga horária, público alvo, assim como a escolha das ferramentas necessárias para a prestação dos serviços profissionais são definidas pelas diretrizes nacionais, influenciando o desenvolvimento da metodologia de trabalho.

O campo da Assistência Social é característico e, nesse sentido, cumpre destacar que a questão social é complexa, que deve ser pensada sobre diversas perspectivas e áreas do conhecimento. Dessa forma, a interdisciplinaridade é aconselhada no SUAS com uma medida necessária para que o trabalho com as famílias e comunidades seja eficiente. No contexto social, o psicólogo é profissional indispensável em equipes, em virtude de que, nos processos de exclusão social, estão presentes implicações subjetivas, por suas causas e consequências diversas.

Um dos locais em que os psicólogos desenvolvem seu trabalho para o SUAS é no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS). Este é um espaço que disponibiliza um serviço de Assistência Social de média complexidade, especializado, que acolhe as famílias e aos indivíduos em situação de ameaça ou violação de direitos. Além disso, o CREAS é um lugar que visa ao estabelecimento de um espaço de fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, priorizando a reconstrução das relações familiares. Trata-se de um serviço continuado prestado a crianças, adolescentes, jovens, adultos, idosos, mulheres, com foco em casos relacionados à violência física, psicológica, sexual, tráfico de pessoas, cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto, situação de risco pessoal e social associados ao uso de drogas, entre outros (CFP/CREPOP, 2009).

O trabalho no CREAS é realizado através da interação de inúmeros profissionais em uma perspectiva multidisciplinar, incluindo assistente social, psicólogo, advogado, entre outros profissionais que são contratados de acordo com as demandas do local, sendo um

constante construir de práticas. Dessa forma, evidencia-se que a inserção e a atuação do psicólogo no campo da Assistência Social são complexas, pois este profissional deverá enfrentar e manejar situações de adversidade de pessoas com direitos violados, ter formação adequada e específica para atuação no campo, participar de capacitações, possuir habilidade para trabalhar em grupo, em rede e de forma interdisciplinar, além de possuir conhecimentos muito específicos de Psicologia Clínica, Psicologia Forense e Psicologia Social. Então, é importante descobrir como desenvolver esse ofício de forma temporária.

### 1.1 DEFINIÇÃO DO TEMA

Experiência de trabalho temporário de psicólogos que atuaram no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) de um Município do interior do Rio Grande do Sul.

### 1.2 JUSTIFICATIVA

Sabe-se que o trabalho é um componente importante para um indivíduo em uma sociedade capitalista. Suas condições, qualidades e potencialidades farão parte da forma como o sujeito se colocará no mundo. Dessa forma, é de interesse da Psicologia conhecer a vivência de psicólogos que atuaram em um CREAS de forma temporária, o impacto dessa experiência para o planejamento de carreira do psicólogo e a reorganização após o término do contrato de trabalho.

Ao se considerar o desafiante trabalho exigido no campo da Assistência Social, é importante conhecer como foi a vivência desses profissionais temporários frente a um trabalho tanto complexo, que exige capacitação prévia e continuada, como heterogêneo com relação ao público atendido (crianças, adolescentes, mulheres, idosos, famílias), e que apresenta situações graves que devem ser enfrentadas e bem encaminhadas. Esses profissionais necessitam lançar um olhar amplo e especializado para identificar as possibilidades de atuação em cada caso a ser trabalhado, além do conhecimento necessário para atuar com questões de vulnerabilidade social, violência, negligência, entre outras questões relacionadas à temática abordada pelo CREAS e que apresentam caráter social significativo.

Por fim, o indivíduo necessita encontrar um sentido no seu trabalho, pois o mesmo revela-se como estruturador psíquico dos sujeitos, por propiciar o atendimento de necessidades básicas de sobrevivência e segurança e por questões subjetivas como o reconhecimento e identificação, por exemplo. As condições temporárias sofrem um “engessamento” de ganhos em remuneração, os contratos temporários, em geral, não recebem benefícios, promoções e outras oportunidades de desenvolvimento e crescimento profissional. Que sentido os trabalhadores dão para um trabalho difícil, complexo e exigente do campo da Assistência Social? Ao indagar junto a psicólogos que já finalizaram seus contratos de trabalho em um CREAS, será possível conhecer o impacto desse trabalho em sua carreira.

O trabalho em saúde ocorre a partir de uma intensa interação social que incorpora uma complexa gama de necessidades que envolvem o trabalhador de saúde e os usuários do serviço. Certamente, essa interação é determinada pelas condições objetivas e subjetivas de trabalho que podem facilitar ou dificultar os resultados da prestação dos serviços (SOUZA, 2011, p. 163).

Diante das colocações de Souza (2011), fica evidente que, na relação do profissional com o usuário, as condições de trabalho são fatores determinantes no resultado do serviço. Afinal, é o conjunto de ferramentas que têm o poder de propiciar ou impedir que o efeito do trabalho obtenha sucesso.

## 1.3 OBJETIVOS

### 1.3.1 Objetivo Geral

Conhecer o sentido do trabalho para psicólogos temporários que atuaram no campo da Assistência Social, especificamente nos CREAS, de um Município do interior do Rio Grande do Sul.

### 1.3.2 Objetivos Específicos

- Conhecer as condições de trabalho dos psicólogos temporários que atuaram no CREAS;
- Conhecer sua formação e as suas características sociodemográficas;
- Compreender a influência do contratado temporário para o planejamento da carreira; e

- Identificar as dificuldades pessoais, laborais e os desafios enfrentados após o término do contrato de trabalho no CREAS, para o retorno ao mercado de trabalho.

## 2 REVISÃO TEÓRICA

### 2.1 O PSICÓLOGO NA ASSISTÊNCIA SOCIAL

A profissão do psicólogo foi regulamentada em 27 de agosto de 1962 pela Lei nº 4.119, esta Lei Federal estabelece critérios legais e civis sobre a profissão. Em 1992, o Conselho Federal de Psicologia apresentou ao Ministério do Trabalho sua contribuição para integrar o Catálogo Brasileiro de Ocupações (CBO), que atribuiu ao psicólogo a atuação no âmbito da educação, saúde, lazer, trabalho, segurança, justiça, comunidades e comunicação, com o objetivo de promover o respeito à dignidade e a integridade do ser humano (CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL, 2012).

Desde o final dos anos 70, os psicólogos têm procurado construir uma nova relação da Psicologia com a sociedade brasileira, envolvendo-se com os movimentos, entre eles a saúde e a saúde mental, a defesa da criança e do adolescente, o debate sobre o sistema prisional, a questão dos direitos humanos e a defesa das minorias. A finalidade era que a profissão se colocasse como protagonista da realidade social do país, construindo linhas de diálogo e estreitando as parcerias entre a Psicologia e o Estado brasileiro (BOCK, 2003). A admissão do psicólogo, nos serviços públicos, aconteceu no término da década de 1970, com a intenção de estabelecer padrões alternativos ao hospital psiquiátrico com vistas à diminuição de gastos e maior eficácia dos atendimentos por meio do desenvolvimento de equipes multiprofissionais (CARVALHO; YAMAMOTO, 2002).

Foi na década de 2000 que a profissão de psicólogo passou a se inserir de forma mais efetiva nas políticas públicas em todo o país, por meio da mobilização cada vez mais presente de psicólogos envolvidos em lutas sociais, na afirmação de direitos e na ampliação de debates e engajamentos no que se refere aos mais diversos problemas e dificuldades enfrentados no cotidiano da população (MACEDO; SOUSA; CARVALHO; MAGALHÃES; SOUSA; DIMENSTEIN, 2011). O compromisso social da Psicologia visava à elaboração de estratégias comprometidas com a transformação social em direção a uma ética voltada para a emancipação humana (CREPOP/CFP, 2007).

Esse comprometimento e interesse em relação ao social, fez com que mais psicólogos se inserissem no mercado de trabalho, em atividades profissionais ligadas ao Estado, especialmente nas políticas de saúde, assistência social e segurança pública (MACEDO; DIMENSTEIN, 2011). Contudo, essa faceta social da Psicologia não estava presente no seu

cotidiano e precisou ser construída. Segundo Senra e Guzzo (2012), a psicologia constituiu sua história através do elitismo, que marcou a profissão por ser uma prática restrita àqueles que poderiam pagar pelos serviços profissionais, tornando inacessível o atendimento psicológico para a maior parte da população.

Yamamoto (2007) traz que, para que exista um verdadeiro compromisso com a transformação social, os limites da dimensão política da ação profissional do psicólogo precisavam ser necessariamente ampliados. As limitações sociais do trabalho do psicólogo, até então restrito aos consultórios particulares, para a interferência ou a melhoria das condições de vida das pessoas atendidas constituíram-se em desafios a serem transpostos. Fez-se necessário um debruçar-se na realidade concreta de vida das pessoas e a construção de novos posicionamentos da Psicologia e do fazer psicológico, pois o sofrimento psíquico não é igual para todos – ricos e pobres (BOCK,1999). Dessa forma, a atuação do psicólogo, na esfera pública, tem contribuído para a expansão da Psicologia na sociedade, para a promoção dos Direitos Humanos, bem como para a sistematização e disseminação do conhecimento e da prática da Psicologia no âmbito das políticas públicas, a partir da construção de referências para essa atuação profissional (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2012).

A Assistência Social, segundo diretriz da Secretaria do Desenvolvimento Social do Estado de São Paulo (2016), é um direito do cidadão e dever do Estado, instituído pela Constituição Federal de 1988. Tanto o Sistema Único de Saúde (SUS) quanto o Sistema Único da Assistência Social (SUAS) são importantes interlocutores de atuação de profissionais no Estado, além de serem responsáveis pela interiorização dos psicólogos para os mais diversos municípios e localidades do país (MACEDO; DIMENSTEIN, 2011).

O Sistema Único de Assistência Social (SUAS), instituído em 2005, consiste em um sistema descentralizado e participativo, cuja função é a gestão do conteúdo específico da Assistência Social no âmbito da proteção social brasileira. Aplica o modo de gestão compartilhada, o cofinanciamento e a cooperação técnica entre os três entes federativos que propiciam, de forma articulada e complementar, o amparo social não contributivo de seguridade social no campo da assistência social. Destaca-se, também que, em 6 de julho de 2011, a Lei 12.435 foi sancionada, garantindo a continuidade do SUAS. Este sistema organiza as ações da Assistência Social em dois tipos de proteção social, a saber: Proteção Social Básica e Proteção Social Especial. A primeira objetiva prevenir riscos sociais e pessoais, por meio da oferta de programas, projetos, serviços e benefícios a indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade social. Já a Proteção Social Especial visa auxiliar as famílias e indivíduos que já se encontram em situação de risco e que tiveram seus direitos violados por

ocorrência de abandono, maus-tratos, abuso sexual, uso de drogas, entre outros aspectos (QUINONERO; ISHIKAWA; NASCIMENTO; MANTOVAN, 2013).

Nessa perspectiva, o trabalho do psicólogo, na Assistência Social, tem como intuito básico o fortalecimento dos usuários como sujeitos de direitos e o desenvolvimento das políticas públicas, que são um conjunto de ações coletivas conduzidas e implementadas pelo Estado, que precisam estar voltadas para a garantia dos direitos sociais, norteado pelos princípios da impessoalidade, universalidade, economia e racionalidade e tendendo a dialogar com o sujeito cidadão (CREPOP/CFP, 2007). O Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS é a unidade pública de abrangência municipal ou regional que tem como papel descentralizar os atendimentos e constituir-se como referência, nos territórios, da oferta de trabalho social especializado no SUAS a famílias e indivíduos em situação de risco pessoal ou social, por violação de direitos (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2012).

Segundo Boing e Crepaldi (2010), o psicólogo proporciona um importante subsídio na compreensão contextualizada e integral do sujeito, das famílias e da comunidade. Diante disso, fica nítida a necessidade da atuação dos psicólogos no CREAS, pelas contribuições que o seu saber científico promove no contexto social. Na contramão do que deveria ser realizado, muitos psicólogos do CREAS têm sido contratados temporariamente, não havendo perspectivas de permanência no serviço. Motta e Scarparo (2013) relatam que é notório que as práticas vinculadas à Assistência Social, no Brasil, denotam significativas transformações potencializadas pelas contradições ideológicas e pelos dilemas éticos presentes nos complexos processos sociopolíticos que desenham culturas e registram as histórias de um povo.

Merhy (2002) aponta que as ferramentas de intervenção do SUAS são constituídas pelo próprio trabalhador e seu conhecimento, tornando o seu trabalho imaterial – subjetivo. A tradição de estruturas institucionais improvisadas e da presença de baixo investimento na formação de equipes profissionais da Assistência Social geram problemas tanto para a Política de Assistência quanto para existência de trabalhadores que atuem em caráter permanente, de maneira qualificada e em defesa dos princípios do SUAS (COUTO et al., 2010).

De acordo com a NOB-Rh/SUAS (BRASIL, 2006), na constituição das equipes, observa-se o porte do município e a sua avaliação quanto à necessidade local. Segundo Macedo et al. (2011), a formação da equipe está vinculada à gestão, no caso do CREAS assegura-se que a equipe seja constituída de pelo menos assistente social, psicólogo, advogado, coordenador (nível superior), auxiliares administrativos e técnicos (nível médio), sendo facultativa a presença de outros profissionais, como: pedagogos, sociólogos,



administradores, terapeutas ocupacionais, fisioterapeutas e nutricionistas. Ainda que esteja na legislação a composição das equipes, Macedo (et al. 2011) alertam para o não cumprimento dessas orientações, não só no que se refere à presença de assistentes sociais, como também de psicólogos e advogados na composição das equipes, estando em desacordo com a NOB-Rh/SUAS.

Ao se tratar em gestão e, conseqüentemente, em organização do trabalho, diretrizes do Conselho Federal de Psicologia (CFP/CREPOP, 2012) apresentam que, do ponto de vista dos profissionais, a rotina de trabalho favorece a otimização do tempo e dos recursos materiais e permite que a população tenha o conhecimento dos serviços socioassistenciais ofertados no CREAS. O conselho afirma que:

De certo modo, estamos reafirmando o acesso a direitos: da parte do trabalhador, direito a condições dignas de trabalho que favoreçam a reflexão e elaboração de propostas, em contraponto ao trabalho improvisado e alienante. Da parte dos usuários, direito a conhecer as ofertas, em contrapartida ao histórico imediatismo para o acesso aos serviços e benefícios socioassistenciais (CFP/CREPOP, 2012).

O SUAS tem contribuído fortemente para a interiorização da profissão em todo o país. Segundo Macedo, Sousa, Carvalho, Magalhães, Sousa e Dimenstein (2011), 56,1% dos psicólogos que atuam em CREAS estão localizados em cidades do interior. Isso equivale a mais de sete mil psicólogos inseridos nos mais diversos municípios interioranos do país, sendo, muitas vezes, o psicólogo do SUAS o único profissional da área atuando na cidade. Nesse aspecto, não há dúvida de que a Assistência Social, ao lado da Saúde, tem desempenhado um papel importante na reversão da proporção dos psicólogos que atuam nas capitais, caracterizando por décadas a Psicologia como uma profissão urbana e voltada para grandes centros (ROSAS; ROSAS; XAVIER, 1988).

De acordo com o CREPOP/Conselho Federal de Psicologia (2007), é importante construir um espaço para o trabalho interdisciplinar na perspectiva de mediar o acesso dos cidadãos aos direitos sociais, esses momentos de interação entre os profissionais com diferentes conhecimentos determinam a realização constante de reuniões e debates entre os profissionais e a interface entre as políticas da saúde, previdência, educação, trabalho, lazer, meio ambiente, comunicação social, segurança e habitação, entre outros. A relevância da articulação entre a equipe no contexto da Assistência Social, mais especificamente do CREAS, é mencionada por Pereira (2002), quando evidencia que os fenômenos complexos exigem intervenções realizadas em conjunto e com apoio dos diferentes atores sociais. Para o autor, o psicólogo é peça fundamental na equipe do CREAS, uma vez que suas intervenções

objetivam amenizar os danos causados e também romper o ciclo de violência, oportunizando a reconstrução de laços afetivos do sujeito.

Faraj e Siqueira (2012) apontam que os psicólogos atuantes em CREAS encontram alguns desafios como: estrutura física do local, falta de informatização do serviço e da rede, equipe reduzida de profissionais, grande demanda de trabalho, escassez de materiais de trabalho, falta de automóvel para a realização das visitas domiciliares, entre outros. Mesmo com os desafios citados acima, as autoras relatam que os profissionais que atuam no CREAS, principalmente no que tange ao atendimento de crianças e adolescentes vítimas de violência sexual, demonstram satisfação com seu trabalho, pois através dele ocorre uma série de articulações com a rede, priorizando o atendimento aos usuários. Assim, a satisfação ocorre na leitura subjetiva e imaterial que o profissional realiza, como evidencia Pires (1999).

O trabalho em saúde é um trabalho da esfera da produção não material, que se completa no ato de sua realização. Não tem como resultado um produto material, independente do processo de produção e comercializável no mercado. O produto é indissociável do processo que o produz, é a própria realização da atividade (PIRES, 1999, p. 29).

Ferreira (2011) relata que os recursos transferidos pelo governo federal para os municípios para pagamento dos serviços da Assistência Social ocorrem através de programas, projetos e gestão dos benefícios, que permitem o pagamento da remuneração da equipe - trabalhadores e/ou servidores públicos concursados. Sobre isso, a autora afirma que:

A Lei Orgânica de Assistência Social, em seus artigos 13 e 14, define as competências de cada ente federado. De acordo com o artigo 28 da LOAS, o financiamento da assistência Social é composto com recursos da União, estados, municípios e do Distrito Federal. Em cada esfera de governo, os recursos devem ser alocados no respectivo fundo de assistência social para operacionalizar e aprimorar a gestão do Sistema e a oferta dos serviços e benefícios (FERREIRA, 2011, p. 163).

Sobre o acúmulo de trabalho, Souza (2011) traz que isso vai além das demandas dos serviços, corroborando Faraj e Siqueira (2012) que afirmam existir a naturalização do múltiplo emprego devido à possibilidade de exercício autônomo e da necessidade que muitos profissionais têm de aumentar sua renda, assim, a jornada extra torna-se uma alternativa em potencial. Para Dieese (2006), a intensificação do trabalho está associada à vulnerabilidade dos contratos e à precarização do trabalho. Esse aspecto é visto também no campo da Saúde, no qual existe uma tendência predominante da gestão em contratar em diferentes modalidades e vínculos, não primando por concurso público. Segundo Baraldi (2005), existe uma

conformação em relação à precarização das relações de trabalho, aos múltiplos empregos, aos empregos parciais, à queda salarial e à fragmentação no processo de trabalho.

## 2.2 TRABALHO TEMPORÁRIO E A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO

A contratação temporária faz parte de uma nova fase do desenvolvimento capitalista, marcada pela hegemonia da lógica financeira, condição da lógica produtiva do capital (HARVEY, 1992). Esse formato de trabalho atual traz duas vertentes, uma delas é a facilidade em se adaptar às novas exigências do mercado, desobrigando a gestão de tudo o que for rígido, fixo ou estável, transferindo a responsabilidade da gestão para um terceiro – o trabalhador. Por outro lado, essa transferência desresponsabiliza a empresa em relação aos direitos do trabalhador, fragmenta o trabalho coletivo, criando invisibilidade dos trabalhadores. O capitalismo reduz as necessidades do ser social que trabalha, na medida em que transforma o trabalho humano em algo estranho a ele mesmo, distanciando a subjetividade do sujeito do seu trabalho, ocorrendo a alienação do trabalhador em relação ao produto do seu trabalho (ANTUNES, 2005).

Segundo Druck e Franco (2007), estas novas formas de trabalho existentes na atualidade promovem mudanças inspiradas no toyotismo, que têm na terceirização uma de suas principais práticas, visando a ganhos de produtividade, à redução de custos e também à racionalização do uso da força de trabalho. Job (2003) relata que a terceirização, a quarteirização e os contratos temporários, crescem cada vez mais, em busca da flexibilização no uso do trabalho. Novas características foram incorporadas à função: qualificação e polifuncionalidade, visão sistêmica, rotação das tarefas e flexibilização do trabalho que está sendo desenvolvido, cada vez mais, em todos os seguimentos. É natural que a “flexibilidade” cause ansiedade, pois as pessoas, muitas vezes, não sabem que caminhos devem seguir (SENNET, 2001).

Essa forma de organização de trabalho acabou refletindo no campo da Assistência Social. A implantação do SUAS e sua rápida expansão, apesar de representarem significativa ampliação do mercado de trabalho para os psicólogos e outros profissionais no setor, contraditoriamente, aprofundaram a precarização das relações de trabalho nas políticas públicas (MACEDO; SOUSA; CARVALHO; MAGALHÃES; SOUSA; DIMENSTEIN, 2011). A Assistência Social apresenta uma intensa introdução de formas de contratação terceirizada, redução da carga horária para diminuir salários, um alto nível de rotatividade,

insegurança no trabalho e vários vínculos empregatícios (GROSSI; VIEIRA; GASPAROTTO; COUTINHO; BARCELOS; LEITE, 2012).

A Lei do Contrato Temporário (Lei nº 9601/98 e decreto nº2490), que flexibiliza a relação trabalhista através da possibilidade de contratação por tempo determinado, com redução dos encargos sociais, da contribuição do FGTS e da multa por rescisão de contrato, também teve sua expressão no setor público reduzindo os custos com a dispensa de força de trabalho (SOUZA, 2011, p. 158).

No CREAS, os profissionais que atuam na Assistência Social são contratados para desenvolver ações de proteção social para aqueles que se encontram em situação de vulnerabilidade, desemprego e subemprego, ou com vínculos laborais precarizados. Entretanto, muitos desses profissionais que deveriam atuar de forma continuada e permanente, vivem sob esta condição, ou seja, muitas vezes, vivenciam um trabalho precarizado, em um contexto em que não possuem seus direitos assegurados (ANTUNES, 2005). Esses profissionais convivem com a insegurança quanto ao emprego, com precárias formas de contratação, baixos salários, além da falta de perspectivas profissionais futuras, como ascensão na carreira e ausência de qualificação/capacitação profissional (RAICHELIS, 2010). Além disso, muitas destas contratações são realizadas com caráter temporário, como indica o estudo de Macedo et al. (2011), que encontrou que 37,6% dos psicólogos são contratados temporariamente.

A precarização das condições de trabalho na Assistência Social interfere na qualidade do vínculo estabelecido com os usuários e suas famílias, uma vez que os profissionais são chamados a intervir em múltiplas demandas, não conseguindo apreender a imensidão que se encontra nas entrelinhas de cada situação de violência (ANTUNES, 2005). A rotatividade excessiva de profissionais, descontinuidade das ações, fragilidade do trabalho das equipes e a despotencialização dos trabalhadores da Assistência Social também fazem parte dos resultados do SUAS (MACEDO; SOUSA; CARVALHO; MAGALHÃES; SOUSA; DIMENSTEIN, 2011). O trabalho precário e o desemprego manifestam-se das mais variadas formas para os trabalhadores, como através do adoecimento, podendo ocorrer para as organizações produtivas por meio do absenteísmo (ausência ao trabalho) e pelo presenteísmo (adoecimento, baixa produtividade e desmotivação). Para o Estado, esses problemas refletem no aumento de concessão de benefícios previdenciários e acidentários (AMARAL; MOTA; ALVES, 2011).

O aumento da utilização do trabalho temporário e precário, isto é, contratado por tempo determinado e sem os mesmos direitos que o assalariado do quadro da empresa, deu lugar ao surgimento da figura do trabalhador de emprego intermitente. Por melhor que seja sua capacidade de obter novos empregos, aumentou o número de dias ou meses ao ano em que se encontra desempregado (MARQUES, 1997, p. 221).

Dessa forma, a vivência do trabalhador estará permeada pelas características do trabalho, jogo de forças estabelecidas, além do processo de reconhecimento, sendo a Psicodinâmica do Trabalho um referencial que possibilita analisar a dinâmica dos contextos laborais, permeada pelas mais variadas forças, que podem ser visíveis ou não, capazes de influenciar esse contexto e impactar o trabalhador (MENDES, 2007).

Para Dejours (2004), o significado do trabalho é próprio e singular para cada sujeito, constituindo-o. O trabalho proporciona um foco relevante para a organização da personalidade, com isso, a carreira é de extrema relevância na vida do sujeito, pois atravessa também aspectos de sua vida fora de seu trabalho. Essa importância reflete diretamente na percepção que o sujeito tem de si mesmo e de sua vida. As pessoas obtêm satisfação na vida e no trabalho na medida em que conseguem realizar atividades que permitam uma adequada manifestação de suas habilidades e necessidades, valores, interesses, traços de personalidade e concepções sobre si mesmo e que o grau de satisfação que as pessoas podem obter do trabalho é proporcional ao grau em que elas são capazes de nele materializar suas perspectivas (SUPER, 1990).

Para Ramos et al. (2010), o trabalho está no centro da sociedade, pois pode ser considerado o principal organizador do modo de vida dos sujeitos, por isso a inserção profissional é tão importante. Outrossim, o labor faz parte da constituição da identidade do sujeito, a inserção no mercado de trabalho permite que o trabalhador tome consciência de si, de suas necessidades, vocação e escolhas. “Trabalhar é impor à natureza nossa face. O mundo fica mais parecido conosco e, portando, nossa subjetividade ali, fora de nós, nos representando” (CODÓ; SAMPAIO; HITOMI, 1992, p. 190).

Dessa forma, infere-se que o trabalho impacta a subjetividade do sujeito. Ocorre que as organizações de trabalho afastam o trabalhador de sua subjetividade, excluindo o sujeito e fazendo do homem uma vítima do seu trabalho. À medida que o trabalhador se insere naquele ambiente e conhece a realidade, ele compreende que a promessa de felicidade, satisfação pessoal e material está muito mais ligada à propaganda que envolve o mundo do trabalho. No entanto, percebe-se a infelicidade, a insatisfação pessoal e profissional do trabalhador, o que tem desencadeado sofrimento humano nas organizações (DEJOURS, 1998). Segundo

Rodrigues, Alvaro e Rondina (2006), estas questões de incompatibilidade entre a propaganda e a prática geram frustrações das suas expectativas iniciais do sujeito sobre o trabalho.

Dejours (1993) classifica esses sofrimentos em quatro descrições: 1) sofrimento singular (dimensão diacrônica): é herdado da história psíquica de cada indivíduo; 2) sofrimento atual (dimensão sincrônica): ocorre quando há o reencontro do sujeito com o trabalho; 3) sofrimento criativo: quando o sujeito produz soluções favoráveis para sua vida, especialmente, para sua saúde; e 4) sofrimento patogênico: é ao contrário do sofrimento criativo, ou seja, quando o indivíduo produz soluções desfavoráveis para sua vida e que estão relacionados à sua saúde. Para o autor, os sofrimentos ocasionados estão associados a fatores históricos, laborativos e àqueles favoráveis ou não para a vida do trabalhador, relacionados à própria vida humana e ao trabalho.

Na opinião de Dejours (1994), o sujeito busca manter um equilíbrio em relação ao trabalho. Esse equilíbrio seria o resultado de uma regulação que requer estratégias defensivas especiais, elaboradas pelos próprios trabalhadores, porém a normalidade conquistada e conservada pela força perpassada pelo sofrimento sofrido por eles. O autor afirma que a normalidade é considerada um enigma na nova dinâmica da Psicopatologia do Trabalho, pois, a maioria dos trabalhadores não consegue preservar um equilíbrio psíquico e manter-se na normalidade, a exceção passou a ser a regra, ou seja, a regra hoje é o sofrimento e não a normalidade. O trabalho está conformado pelo afeto que implica em “amor” ou “ódio”, “alegria” ou “tristeza”, “entusiasmo” ou “desânimo”, “desejo” ou “desprezo”. Nesse sentido, muitas vezes, o trabalho acaba se associando mais à ideia de sofrimento do que à satisfação, por esse motivo, as pessoas acabam rompendo o conceito afeto/trabalho tornando o afeto restrito ao lar e à família, deixando a relação afetiva com o trabalho a margem, que se torna desafetivo e insuportável (CODO et al., 1993).

Dejours (2004) analisa os ambientes e as rotinas dos trabalhadores para levantar as possíveis causas de sofrimento. O autor aponta que, em certas situações, existe um sofrimento gerado pela contradição dos planos individuais, desejos, projetos de um trabalhador para com os do ambiente de trabalho. Essa situação se exemplifica quando o ambiente de trabalho impossibilita qualquer modificação na tarefa, no sentido de torná-la conforme às necessidades fisiológicas e aos desejos psicológicos dos trabalhadores.

Outrossim, destaca-se que os enfraquecimentos das identidades ocupacionais e de classe resultam em uma maior individualidade do sujeito, um afastamento dos demais em uma trajetória bastante particular da empregabilidade e histórico de carreira na busca de conquistas e manutenção do emprego (CHIAVENATO, 2002). As tarefas repetitivas, assim como as de

risco que geram medos específicos, fazem os trabalhadores desenvolverem estratégias defensivas, para que o sofrimento não seja imediatamente identificável, para que fique mascarado ou disfarçado por um tempo. Essa estratégia defensiva é a maneira que gera menor sofrimento ao trabalhador e ajuda a se manter nesse ambiente, mas certamente em algum momento ou de alguma forma esse conteúdo latente irá se manifestar (DEJOURS, 2004).

Para Dejours (1994), todos os sujeitos carregam na sua história o sofrimento, pois ele é inevitável. Por isso, é importante definir quando possível, as ações susceptíveis de modificar o destino do sofrimento e favorecer sua transformação ao invés de buscar a sua eliminação. Quando o sofrimento for transformado em criatividade, ele beneficia a identidade pessoal e aumenta a resistência do indivíduo diante do risco de desestabilização psíquica e somática. Sobre isso, Enriquez (2000) relata que em um universo onde o sujeito é colocado no centro, tanto o sucesso quanto o fracasso, jamais serão imputados à estrutura da organização, mas à atitude do trabalhador, que deve, a cada momento, superar todas as novas provas que tem a enfrentar. Dessa forma, o sujeito processa o sentido do seu trabalho, imerso no sistema e nas suas necessidades específicas pessoais e laborais.

### 3 MÉTODO

#### 3.1 DELINEAMENTO

Trata-se de um estudo qualitativo, descritivo e transversal. A pesquisa qualitativa tem como objetivo buscar uma compreensão particular do fenômeno estudado. Este tipo de pesquisa visa ao individual, ao específico e ao peculiar, sendo assim, não se preocupa com as generalizações, princípios e leis (MARTINS; BICUDO, 1994). A natureza descritiva de uma pesquisa possibilita, segundo Barros e Lehfeld (2007), a análise, o registro e a interpretação dos fatos do mundo físico sem a interferência do pesquisador e o caráter transversal propõe uma situação ou fenômeno que é observada em um mesmo momento histórico (GIL, 2008).

#### 3.2 CONTEXTUALIZAÇÃO E PARTICIPANTES

Segundo a Secretaria de Município de Desenvolvimento Social do Município, onde a pesquisa será realizada, antes do CREAS ser implementado existia um programa chamado Acolher, que recebia verba federal da Secretaria de Justiça e dos Direitos Humanos. Tais subsídios pertenciam ao programa Sentinela, cujo objetivo era atender pessoas em vulnerabilidade social, que tinham seus direitos violados principalmente no que se refere a abusos, negligência com crianças, adolescentes, adultos e idosos. O Sentinela era um projeto e não um serviço, por esse motivo tinha tempo para iniciar e terminar, não era contínuo. Em 2006, o Município implementou o primeiro CREAS, que foi realizado via programa.

Em 2009, a resolução 109/2009 organizou os serviços da Assistência Social em níveis de proteção básica e especial, sendo que o nível especial se dividiu em duas vertentes: média que apresenta o serviço do CREAS e alta que engloba os acolhimentos institucionais, crianças, adolescentes, idosos e famílias que estão em situação de rua. A partir de então, o CREAS deixou de ser um projeto com prazo determinado para finalizar e passou a ser um serviço contínuo, em que a Prefeitura Municipal recebe uma verba que auxilia nos custos do serviço.

Atualmente, o Município conta com dois CREAS, sendo que um deles localiza-se no centro e outro em um bairro. O CREAS 1 – referente ao centro do Município atua fortemente com medidas socioeducativas e concentra o maior número de profissionais; CREAS 2 –



atuante no bairro, tem o objetivo de trabalhar com as famílias. Os CREAS apresentam quatro programas:

- 1) Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Prestação de Serviço à Comunidade (PSC) e Liberdade Assistida (LA);
- 2) Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosos (as) e suas Famílias;
- 3) Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua.
- 4) Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI).

Segundo a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, advogado, assistentes sociais, psicólogos, terapeutas ocupacionais e profissionais de nível médio - intitulados educadores sociais, fazem parte da equipe que atende as duas unidades. Os profissionais são contratados via concurso público – servidores públicos e profissionais temporários, os trabalhadores atuam no serviço em horário de Prefeitura – de segunda à sexta-feira, das 8h às 16h. Além disso, frisa-se que, atualmente, fazem parte da equipe dos CREAS duas Psicólogas, com carga horária de 40 horas semanais cada, em regime de contrato temporário, com possibilidade de renovação a cada quatro anos. A maioria dos profissionais que atuam no CREAS estão no serviço através de contratações temporárias, havendo possibilidade de ambas as partes encerrar o contrato a qualquer momento,

Participaram deste estudo seis psicólogos, de ambos os sexos, que atuaram em um CREAS de uma cidade do interior do estado do Rio Grande do Sul. Utilizou-se o critério de saturação teórica, que é definido como a suspensão de inclusão de novos participantes quando os dados obtidos passam a apresentar uma certa redundância ou repetição. Esta avaliação foi realizada por duas pesquisadoras externas e com conhecimento notório na área, que analisaram se as informações fornecidas já eram o suficiente. Os critérios de inclusão consistiam em ser psicólogo, ter tido contratação temporária em um CREAS entre os anos de 2010 e 2015, com término do contrato até o ano de 2015, com pelo menos 6 meses de atuação. Esta pesquisa não apresenta nenhum critério de exclusão.

### 3.3 INSTRUMENTO

Fora realizada uma entrevista semiestruturada com os participantes do estudo (APÊNDICE A). Cabe destacar que a entrevista semiestruturada combina perguntas fechadas e abertas, com as quais o entrevistado tem a possibilidade de discorrer sobre o tema proposto, sem respostas ou condições prefixadas pelo pesquisador. Dessa forma, Manzini (2003) salienta que é possível um planejamento da coleta de informações por meio da elaboração de um roteiro com perguntas que atinjam os objetivos pretendidos. O roteiro serve, então, além de coletar as informações básicas, como um meio para o pesquisador se organizar para o processo de interação com o participante.

Considerando que essa pesquisa tem como abordagem teórica a Psicodinâmica do Trabalho (DEJOURS, 2000), uma abordagem utilizada por muitos pesquisadores brasileiros, cuja proposta investigativa busca gerar novos conhecimentos, revelando-se um instrumento para intervenção, prevenção e transformação de processos de trabalho agressivos à saúde psíquica (MERLO; MENDES, 2009). A Psicodinâmica do Trabalho enfoca as vivências subjetivas dos trabalhadores e sua relação com o trabalho por meio da compreensão da relação prazer/sofrimento, das estratégias defensivas desenvolvidas pelos trabalhadores, como também reconhecimento alcançado.

Um dos pontos mais destacados na Psicodinâmica do Trabalho é a importância do trabalho na formação da identidade. A constituição da identidade é aqui entendida como processo que se desenvolve ao longo de toda a vida do sujeito, e que está vinculada à noção de alteridade. Este processo deixa sempre em aberto uma lacuna, que nunca é preenchida. É a partir do "olhar do outro" que nos constituímos como sujeitos; é justamente na relação com o outro que nos reconhecemos em um processo de busca de semelhanças e de diferenças; são as relações cotidianas que permitem a construção da identidade individual e social, a partir de trocas materiais e afetivas, fazendo com que o sujeito, ao longo de toda a sua vida, constitua sua singularidade em meio às diferenças. Na vida adulta, o espaço do trabalho será o palco privilegiado dessas trocas. Ele aparece como o mediador central da construção, do desenvolvimento, da complementação da identidade e da constituição da vida psíquica (LANCMAN, 2008, p. 34).

Desse excerto, infere-se que a formação da identidade do sujeito ocorre ao longo da vida, através da interação com o outro, tal processo se dá principalmente, no ambiente de labor, uma vez que este lugar é onde o sujeito passa a maior parte do tempo na vida adulta, ou seja, a individuação se dá com as pessoas com as quais se convive.

### 3.4 ANÁLISE DOS DADOS

As informações foram observadas através de uma estratégia chamada Análise de Conteúdo. Sublinha-se que a preferência por esta forma de análise deve-se ao fato de que ela se adequa melhor aos objetivos propostos por esse estudo. Outrossim, esta teoria, segundo Bardin (2009), é um conjunto de técnicas de análise das comunicações, cujo emprego se dá por meio do uso de métodos sistemáticos e escopos de descrição do conteúdo das mensagens obtidas. Ademais, a autora ressalta que este tipo de metodologia ocorre “com interesse as tentativas que se fazem no campo alargado da análise de comunicações: lexicometria, enunciação linguística, análise de conversação, documentação e base de dados, etc” (BARDIN, 2009, p. 27).

### 3.5 PROCEDIMENTO E CONSIDERAÇÕES ÉTICAS

Este projeto de pesquisa foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da UFSM e após a aprovação, procedimentos de recrutamento dos participantes foram realizados. A amostra foi por convivência e intencional, a partir da indicação dos psicólogos que tiveram contrato temporário entre os anos de 2010-2015 e do procedimento chamado “bola de neve”. A primeira participante convidada foi uma psicóloga voluntária de um dos grupos de pesquisa da UFSM e que se sabia que trabalhou temporariamente no CREAS, tendo sido posteriormente solicitado a ela indicar outros participantes em potencial e assim por diante. Esta técnica de amostragem permitiu que os participantes iniciais de um estudo pudessem indicar novos participantes que por sua vez indicaram outros e assim sucessivamente, até que fosse alcançado o “ponto de saturação”, que foi atingido quando os novos entrevistados passam a repetir os conteúdos já obtidos em entrevistas anteriores, sem acrescentar novas informações relevantes à pesquisa (FONTANELLA; RICAS; TURATO, 2008; WHA, 1994).

Uma vez indicados os psicólogos, foi realizado um convite para conhecer os objetivos da pesquisa, por meio de contato telefônico e, sendo agendados data e local para a realização da entrevista. No encontro presencial, foram apresentadas novamente todas as informações relevantes da pesquisa, como seu objetivo e os procedimentos, além dos aspectos éticos. Os participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), em duas vias, sendo que uma delas foi entregue ao participante. O TCLE contém as informações sobre

a pesquisa, os objetivos, a duração do envolvimento e o contato das pesquisadoras e do Comitê de Ética da UFSM.

Sublinha-se que a participação dos psicólogos foi voluntária, sigilosa e anônima. Eles puderam solicitar esclarecimentos sobre os procedimentos e outros assuntos relacionados com a pesquisa, podendo interromper sua participação a qualquer momento, sem que isto lhe trouxesse prejuízo. Considerando a técnica a ser utilizada para a realização desta pesquisa, bem como o fato de que esta não tem por objetivo testar nem experimentar nenhum procedimento novo, julga-se, portanto, a existência de riscos mínimos para os participantes. Contudo, caso fossem identificadas situações de desconforto psicológico, suscitado pela pesquisa, as pesquisadoras responsabilizar-se-ão por avaliar a situação e, se houvesse necessidade de atendimento psicológico, o participante seria acolhido e encaminhado a um serviço de atendimento psicológico realizado pelo grupo de pesquisa na clínica escola do Curso de Psicologia/UFSM. Os benefícios para os participantes decorrem da disponibilidade de escuta oferecida pelas pesquisadoras, assim como das possíveis mudanças qualitativas decorrentes da reflexão sobre o tema, além da construção do conhecimento e da possibilidade de trazer melhorias práticas e visíveis para os trabalhadores.

Os dados foram coletados na residência dos participantes ou em uma sala de reuniões do Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Santa Maria e teve duração mínima de 40 minutos e máxima de 1 hora e 30 min. Os dados obtidos serão armazenados por cinco anos e mantidos em sigilo.

## 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir da análise proveniente da coleta de dados, embasados nos objetivos geral e específicos, surgiram quatro categorias que relacionam as vivências dos trabalhadores temporários do CREAS, sendo elas: *O campo da Assistência Social como oportunidade de atuação para a Psicologia, A experiência de trabalho no CREAS e os reflexos no Planejamento de Carreira, Precarização do trabalho temporário no CREAS* e, por fim, *O sentido que os psicólogos temporários do CREAS deram para esta vivência de trabalho.*

### **Categoria 1: O campo da Assistência Social como oportunidade de atuação para a Psicologia**

Essa categoria incluiu informações sobre as características dos participantes, as suas reflexões quanto ao surgimento de uma vaga de trabalho para a Psicologia no campo da Assistência Social, demonstrando que a formação acadêmica não estava em sintonia com a capacitação necessária para a atuação, o desconhecimento das atividades específicas da Psicologia na Assistência Social. Outro aspecto relevante se deu pelo fato de constituir-se para muitos como a primeira experiência profissional, ou seja, logo após o término da graduação, em busca de uma oportunidade profissional, surgiu a possibilidade de atuação no CREAS e, desta forma, iniciaram-se as atividades como Psicólogos.

#### **1.1 Características Sociodemográficas dos Psicólogos**

Foram investigadas as características sociodemográficas dos participantes, como idade, sexo, estado civil, formação universitária, tempo de formação, tempo de trabalho no CREAS, por que escolheu trabalhar no CREAS, conhecimento do serviço e formação para trabalhar com violência. Quanto à idade, os participantes apresentaram idades entre 29 e 43 anos, prevalecendo a faixa etária de 31 a 33 anos. Houve cinco participantes do sexo feminino e um do sexo masculino. Sobre o estado civil, a maior parte dos participantes estão solteiros. Em relação à formação profissional, cinco dos seis participantes foram formados por Instituições de Ensino Superior privadas, apenas um dos participantes realizou a graduação em uma Instituição pública. Apresentaram tempo de formação entre 6 e 15 anos, e tempo de trabalho no CREAS de 2 a um pouco mais de cinco anos, tendo maior prevalência o período de 3 a 5 anos no serviço. Os psicólogos ainda apontaram que tiveram formação com ênfase na

área Clínica. Para os seis profissionais, a inserção no CREAS foi uma oportunidade de trabalho. Quanto à formação para trabalhar com violência, apenas dois psicólogos afirmaram ter tido contato com a temática antes de entrar no serviço, por meio de práticas supervisionadas no estágio final de graduação, e por fim, todos os profissionais compreenderam as particularidades do serviço CREAS somente após se inserir profissionalmente.

## 1.2 Formação deficitária para atuação no Sistema de Assistência Social

Os participantes apontaram que a formação prévia fornecida pela instituição de Ensino Superior não contemplou de forma satisfatória as habilidades e competências profissionais de um psicólogo inserido na Assistência Social, ao passo que o alicerce clínico foi fornecido a esses profissionais. Os trechos a seguir evidenciam esse achado.

[...] na verdade a graduação, não vou saber te dizer hoje, mas até a minha formação era uma formação de psicólogo prá clínica, né. Aí essa parte, da questão de promoção e prevenção em saúde, a questão social, ela ficou muito de lado, né. Então, é só uma pinceladinha, quem quiser que vá atrás depois, que foi o que acabou acontecendo. (Participante 2)

Psicologia Social, com certeza Psicologia Social [ajudou na atuação], uhm as cadeiras que era relacionadas a grupos também, os estágios de observação me ajudaram bastante, eu acho que é esses. Ah psicopatologia, muito! me ajudou bastante [...] (Participante 1)

[...] as disciplinas que envolviam trabalho em grupo, psicodiagnóstico, né, porque não tem como não fazer uma avaliação, né, é muito complicado não fazer, ah, eu não vou saber precisar exatamente nome completo das disciplinas, mas também as disciplinas que falavam sobre mediação, porque a gente se vê muito tendo que mediar questões de família [...] que era uma coisa mais voltada pra área de política, mas era algo que eu lembro que me auxiliou muito e as disciplinas sistêmicas, que falavam sobre família também, claro que a psicanálise que é o meu chão, é o que eu gosto, é o referencial que eu costumo me orientar e costumo seguir, mas as disciplinas de grupo, de avaliação, psicodiagnóstico foram bem importantes [...] (Participante 4)

Não, nunca tinha ouvido falar do CREAS na minha formação, só lá no finzinho da minha formação que eu ouvi mais muito pouco. (Participante 6)

As falas dos participantes mencionam a falta de embasamento teórico e prático para a atuação na Assistência Social e a formação do Psicólogo voltada para a área clínica, confirmando o que as autoras Ribeiro e Guzzo (2014) trazem sobre a formação dos

psicólogos. Estas pesquisadoras destacam que desde a aprovação da profissão no Brasil através da Lei 4.119/62 (BRASIL, 1962), a formação dos psicólogos enfatiza as áreas clínica, escolar e industrial, sendo que desses três pilares, a atuação clínica ganhou destaque e por muito tempo caracterizou a profissão. Bernardes (2006) afirma que o próprio processo de regularização da Psicologia reforçou o perfil da mesma como classe profissional eminentemente liberal, centrada no indivíduo e associada a um fazer psicológico individualizante. Em seus primeiros passos como profissão, a Psicologia tratava-se de uma atividade profissional que focava questões de ajustamento e conduta dos indivíduos, delineando a sua atuação através do contato de uma classe profissional com o Estado a partir de práticas clientelistas e elitistas (CIDADE, 2009).

Foi a partir da Constituição Brasileira de 1988 (BRASIL, 1988), que a Psicologia passou a ter um compromisso social, atuando não só com o caráter elitista, individualista e predominantemente clínico da profissão, ampliando o seu fazer para as diferentes classes sociais através da implementação de diversas políticas públicas relacionadas à seguridade social, impulsionando a inserção do psicólogo nos serviços públicos Ribeiro e Guzzo (2014). Fazia-se necessário, portanto, romper com a até então desconexão entre a formação e a atuação dos psicólogos no contexto social brasileiro, apontando para novas possibilidades de análise e intervenção de modo que o psicólogo estivesse preparado, assumindo plenamente as consequências ético-políticas de sua atuação (BOARINI, 2007).

A fala das participantes a seguir demonstra a carência de informações sobre o campo da Assistência Social e evidenciam a pouca ênfase das instituições de Ensino Superior em relação ao contexto social:

[...] Não, não me recordo e acredito que nem tenha feito naquela época. (Participante 6)

[...] Olha, muito mesmo foi minhas leituras na época que eu fiz meu estágio mesmo né [...] (Participante 3)

[...] A gente tinha que buscar dependendo da nossa disponibilidade, do nosso interesse [...] (Participante 5)

[...] Na verdade, foi mais a pesquisa pessoal mesmo, né, busca através de artigos, busca por livros [...] (Participante 2)

Estudos nacionais sobre a inserção e atuação da Psicologia no campo da Assistência Social corroboram fortemente esse achado. A formação oferecida por muitas instituições de Ensino Superior apresentam ênfase na atuação clínica do psicólogo e abordam de forma

superficial as questões de interface social. Pesquisas realizadas por Senra (2005) e Senra e Guzzo (2012) confirmam a fala dos participantes deste estudo ao trazerem que os psicólogos que estão atuando na Assistência Social expõe que a formação em Psicologia oferece poucos subsídios para o trabalho no contexto Social, priorizando a Psicologia tradicional voltada para a clínica e atendimento individual. Mesmo que existam referências para a atuação do psicólogo no SUAS, o embasamento teórico, as técnicas e parâmetros não estão relacionados ao trabalho do psicólogo na Assistência Social (SILVA, 2011).

Para Andrade e Romagnoli (2010), no Brasil, há um abismo entre o saber acadêmico e a realidade cotidiana dos profissionais, uma vez que, na graduação ainda prevalece uma hegemonia da ênfase clínica, enquanto o campo da Psicologia Comunitária pressupõe um outro modelo de atuação. Dimenstein (2001) afirma que a Psicologia, que sempre esteve distante da realidade social, das necessidades e sofrimentos da população, tornando os psicólogos incapacitados para perceber as especificidades culturais dos sujeitos, agora se defronta com as insuficiências teórico-técnicas da própria Psicologia tradicional. No entanto, desde a década de 90, já se discutia sobre a formação acadêmica e a importância dos currículos universitários estarem de acordo com a realidade de vida do povo (MARTÍN-BARÓ, 1997). É preciso que a academia desenvolva uma formação crítica, provocativa e desestabilizadora, oferecendo espaço para discussões éticas e políticas, reflexões, debates, posicionamentos preparando o futuro psicólogo para ações transformadoras, mediante os desafios que encontrarão no exercício profissional, em especial, na área social (ANDRADE; RAMAGNOLI, 2010; CRUZ, 2009; CRUZ; GUARESCHI, 2012; DANTAS; YAMAMOTO; OLIVEIRA, 2010).

A ausência de referências consistentes relacionadas a prática do Psicólogo no SUAS durante a graduação, faz com que muitos profissionais busquem esse conhecimento após concluir a formação e/ou ao se inserir em algum dos serviços da Assistência Social. Conforme as participantes abaixo:

[...] Eu fiz cursos [...], que eu fiz sobre Situação de Violência, mais foi assim o que me auxiliou assim e eu fui buscando muito assim pelo tema e pela necessidade também de tá me instrumentalizando eu fui buscando muito assim, mais o foi o que eu fiz assim, palestras também que eu assistia, mais nem um foi presencial assim porque a gente queria muito [...] de Situação de Risco e ele acabou não abrindo e daí não deu pra fazer. (Participante 5)

Não a gente fez depois um, não sei se chegou a ser um curso de extensão da Universidade mesmo ali, que foi a cargo das mestradas em 2012, que foi relacionado a violência sexual, às diversas violências na verdade né [...] (Participante 2)



Olha, muito mesmo foi minhas leituras na época que eu fiz meu estágio mesmo né (...) a gente acabava tendo essas leituras né, sobre infância, violência, questão de medidas sócio educativas sobre os adolescentes infratores então a gente lia bastante sobre isso né, questão familiar então basicamente foi o meu estágio específico que me deu a base para o meu trabalho [...] (Participante 3)

[...] Fiz muitos cursos, fui muito a Porto Alegre (...) que é uma super renomada na violência, fiz vários cursos com ela [...] (Participante 4)

[...] O que eu fiz bastante quando tava no CREAS (...) eram cursos de capacitações [...] (Participante 1)

A necessidade trazida pela rotina de trabalho em temas tão complexos como a violência fez com que os psicólogos temporários do CREAS buscassem cursos, eventos ou pós graduações relacionados às temáticas norteadoras do trabalho no CREAS: violência, mediação familiar, gerenciamento de conflito, entre outros temas que remetiam à prática no serviço. A educação continuada tornou-se um dos maiores objetivos dos profissionais, os psicólogos recém-formados, especialmente, tem investido em programadas de aprimoramento pessoal (BARLACH; LIMONGI-FRANÇA; MALVEZZI, 2008). Para compreender os atravessamentos que envolvem o mundo do trabalho, os profissionais estão buscando através da educação continuada um caminho para se adaptem as novas características do mercado de trabalho onde flexibilidade, empregabilidade, trabalho parcial e terceirizado o caracterizam e de certa forma, estão legitimando a sua prática em diferentes ramos, atribuições e cargos de trabalho, passando a regular a subjetivação do trabalhador (VALORE; SELIG, 2010).

Além do problema de formação e construção do conhecimento, Costa e Cardoso (2010) apontam que tanto a população quanto os gestores do SUAS mantêm uma visão do psicólogo como aquele profissional que faz psicoterapia e solicitam dele ações apenas relacionadas a essa dimensão de sua prática, retomando a visão social a respeito da Psicologia. Para auxiliar os profissionais da Psicologia a desenvolver uma atividade profissional assertiva com o contexto da Assistência Social e com isso, apresentam à sociedade o seu papel no serviço, foi elaborado um conjunto de orientações técnicas que tem servido como suporte para os profissionais e que englobam leis e diretrizes sobre intervenções psicossociais na rede de Assistência Social Brasileira, além de Referências Técnicas (BRASÍLIA, 2007a) e Parâmetros (BRASIL, 2007b) que consideraram as dificuldades vivenciadas pelos psicólogos junto à Assistência Social.

### 1.3 Primeira oportunidade de trabalho remunerado

O trabalho no CREAS constituiu-se para a maioria dos participantes, como a primeira experiência profissional remunerada. Alguns assumiram a posição de trabalho sem ter conhecimento claramente definido das atribuições, habilidades e competências da posição. As falas evidenciam esse aspecto:

[...] aquela questão, tu tá te formando né, claro que eu sabia que tavam precisando, porque uma amiga minha é da cidade, ela é assistente social, então nós duas largamos currículo lá e, no fim deu certo, né. (Participante 4)

[...] quando eu tava perto de me formar, a coordenadora do projeto falou que ia abrir vaga pra psicólogo, aí eu fui, já levei currículo, antes de me formar mesmo. Isso foi em agosto, em setembro, deu 20 dias depois da minha formatura, me ligaram pra mim fazer uma entrevista, por que algumas crianças que foram atendidas nesse projeto, eu frequentei algumas reuniões da [instituição terceirizada que selecionava recursos humanos para o Município] pra discutir casos. Então, o pessoal ficou me conhecendo através desse trabalho. Aí me chamaram, fiz a entrevista e nisso já tava contratado [...] (Participante 2)

Pois é, foi um desafio! Assim, eu me formei em agosto, né, e aí, venho aquela pergunta: O que fazer agora né? E aí eu comecei a enviar alguns currículos, e aí um dia eu saí pra enviar uns currículos, e eu nem sabia o que era Secretaria de Desenvolvimento Social. E lá eu entrei, né, me apresentei [...] disse que eu recém tinha me formado se teria a possibilidade de largar o meu currículo, e aí lá eles me informaram que estavam precisando de gente para trabalhar [...] (Participante 1)

Eu me formei em janeiro de 2009 [...] e em abril eu iniciei né um contrato e a partir daí então eu comecei a prestar serviço pro CREAS e pra [instituição que realizava a seleção] também. (Participante 6)

Na década 1980, houve uma redução nas oportunidades de inserção no mercado de trabalho através de uma grande oferta de mão-de-obra, principalmente a partir do significativo aumento de profissionais formados em Psicologia, advindos de novas instituições de Ensino Superior que passaram a disponibilizar cursos de graduação na área (CIDADE, 2009). A inserção do psicólogo em outros espaços que não os tradicionais estariam associados a três grandes fatores, sendo eles:

a) contingências específicas do mercado de trabalho – a falência do modelo de profissional autônomo associado ao estreitamento da demanda dessa modalidade de serviços psicológicos como consequência da crise econômica que o país atravessa; b) a abertura (extemporânea) de campo de atuação profissional pela redefinição do

setor bem-estar no primeiro momento da transição democrática [...] c) [...] os embates no plano teórico-ideológico que nutrem uma redefinição dos rumos da Psicologia (YAMAMOTO, 2003, p.41).

Com o fim da ditadura militar e o início de governos democráticos, significativas mudanças políticas, econômicas e ideológicas passaram a acontecer e com isso houve abertura para que os psicólogos se inserissem em nossos espaços, particularmente nos “campos de bem-estar social de cunho preventivo e compensatório” (YAMAMOTO, 2003, p.41). Com o surgimento de políticas públicas e consequentemente das mudanças ocorridas na Assistência Social, um número significativo de profissionais adentraram nesse campo de atuação (COSTA, CARDOSO, 2010). O psicólogo, então, passou a compor as equipes de referência responsáveis pelo atendimento às famílias nos serviços do SUAS, criados por intermédio do Ministério do Desenvolvimento Social (BRASIL, MDS, 2006).

Costa e Cardoso (2010) afirmam que o início do SUAS foi de conquistas e críticas em relação ao posicionamento adequado do psicólogo nas equipes públicas de assistência social. Por um lado, há um novo campo de atuação com inúmeras possibilidades e, por outro, muitas são as dúvidas sobre a real necessidade desse profissional e sobre qual seria o seu papel nos serviços. Um estudo realizado por Senra (2005) identificou que Psicólogos e Assistentes Sociais questionam-se uns aos outros sobre seus papéis e funções diante da realidade com que têm que lidar no cotidiano do trabalho. Frente aos questionamentos, surgem inúmeras dificuldades quanto às possibilidades de intervenção no campo sem que sejam aprofundadas de modo coletivo. Costa e Cardoso (2010) afirmam ainda que, alguns anos mais tarde, com relação à Psicologia, por configurar-se em um novo serviço, houve dificuldades na definição de quais demandas seriam atendidas. Ambas as pesquisas demonstram que as dificuldades em compreender o papel a desempenhar enquanto profissional da Psicologia ainda está eminente, deixando clara a necessidade de discutir sobre o assunto e refletir sobre possibilidades de solucionar esta questão.

Atuar na Assistência Social está muito mais relacionado a uma oportunidade de inserção no mercado de trabalho do que com um desejo em fazer parte deste contexto ou a uma identificação com o campo, conforme relato dos participantes:

[...] eu fui lá, larguei o meu currículo e na época assim quando fizeram a seleção do meu currículo não tinha muita gente, só os que trabalhavam nessa área assim né, porque é bem difícil, porque os estágios nessa área naquela época eram super restritos daí eu acabei sendo chamada para trabalhar lá no final de 2008. Claro que demorou

bastante do período que eles abriram até chamarem né, eu acho que foi na metade do ano, porque sempre dependia de contratos, de convênios com as instituições, eu lembro que eu demorei bastante assim. (Participante 3)

[...] não foi algo assim que eu planejei assim, foi algo que acabou acontecendo assim, não fui eu que busquei assim, aconteceu a oportunidade de tá indo e eu fui pra tá experimentando. (Participante 5)

Segundo Motta (2013), a inserção da Psicologia na Assistência Social remete o psicólogo a um lugar novo, desconhecido, não sendo um campo familiar, ou seja, estava fora dos parâmetros tradicionais da Psicologia. Com o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), a atuação do psicólogo no contexto social está em pauta, no âmbito nacional, os psicólogos estão integrando as equipes dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e dos Centros de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) dos municípios (BRASIL; MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, 2006). A Política Nacional de Assistência Social propõe uma maior integração das ações da Assistência Social, mas o lugar do psicólogo nessa conjuntura ainda se encontra em construção.

O distanciamento do desejo em atuar na Assistência Social também pode estar relacionado aos inúmeros desafios encontrados na atuação profissional:

A prática profissional do psicólogo no âmbito da Política Nacional de Assistência Social configura desafios para além de uma atuação técnica (abordagens e metodologias psicológicas), pois esta inserção no campo de atuação é contraditória e muitas vezes tensa na articulação entre os profissionais, sua prática profissional e a instituição pública. Não se resolvem as questões sociais e a falta de acesso da população ao atendimento psicológico disponibilizando o profissional sem uma formação adequada ou infraestrutura de trabalho (SENRA, GUZZO, 2012, p. 296).

Com isso, é inegável a necessidade de dialogar mais sobre os diferentes campos de atuação da Psicologia, ressignificar a história individualista e refletir sobre um novo posicionamento da profissão. Dadas as suas recentes conformações legais, a área da Assistência Social constitui um dos maiores espaços destinados a psicólogos (XIMENES, DE PAULA, BARROS, 2009). As políticas públicas de assistência social, em especial o SUAS, é uma nova possibilidade de inserção profissional com um longo percurso de construção do

saber psicológico, muito há que ser criado e recriado para que o papel da Psicologia em tais serviços seja cumprido de forma inovadora e transformadora (COSTA, CARDOSO, 2010).

Quanto ao conhecimento do serviço especializado, os participantes em sua maioria tinham poucas informações sobre o CREAS:

[...] Eu não sabia realmente o que era um CREAS e ai é o que eu sempre digo a expressão: Eu caí de paraquedas no CREAS né, e ai eu já conhecia algumas pessoas que trabalhavam, daí depois eu fui descobrindo né e ai me ajudaram muito [...] (Participante 1)

[...] eu nunca tinha tido nenhum contato, eu nem sabia o que que era isso, quando eu entrei lá tive que estudar [...] (Participante 4)

Na verdade, ahm foi uma surpresa pra mim, porque eu estava ahm, eu fazia estágio na [instituição que realizava as contratações] e como o contrato do CREAS era através dessa instituição, então ahm não podia contratar profissionais só para a Instituição né, ela fez um convênio onde ela teria algumas horas de profissionais cedidos para a Instituição e algumas horas cedidas para o serviço CREAS [...] (Participante 6)

Corroborando as falas dos participantes, Costa e Cardoso (2010) afirmam que Assistência Social é um novo campo de intervenção, ainda desconhecido para a maioria das pessoas. Esse é um dos resultados de uma enquete realizada no site do Conselho Regional de Psicologia de Minas Gerais (CRP/MG, 2009), que identificou também que 65% dos participantes não conheciam quais são as atribuições do psicólogo na política pública. A expressiva porcentagem da enquete demonstra o desconhecimento da população em relação a prática do psicólogo nas políticas públicas, os relatos dos participantes retomam esse desconhecimento em relação ao serviço CREAS, a maior parte dos participantes desconhecia o serviço e os que sabia da existência não conheciam o funcionamento e as características do CREAS, descobrindo na prática qual era o seu papel.

Segundo Yamamoto e Oliveira (2010), o compromisso está em discutir o que realmente a Psicologia tem a contribuir nesses novos contextos de atuação, a efetivação do compromisso social da psicologia não deve ficar restrita à ampliação do mercado de trabalho em políticas sociais. Ximenes, De Paula e Barros (2009) discutem que a inserção do psicólogo no SUAS tem que ser acompanhada pela reflexão de sua prática, uma vez que a simples reprodução de práticas tradicionais da psicologia favorece a manutenção das vulnerabilidades e desigualdades sociais, além de essas práticas repercutirem uma atuação descontextualizada da realidade e da política pública, nas quais estão sendo inseridas (SENRA; GUZZO, 2012).

## **Categoria 2: A experiência de trabalho no CREAS e os reflexos no Planejamento de Carreira**

A segunda categoria apresenta dois tópicos relevantes: o primeiro deles aborda o planejamento de carreira durante a atuação no serviço e o segundo tópico está relacionado à possibilidade de retorno dos participantes para o CREAS e à visão deles sobre as condições de trabalho.

### **2.1 Falta de Planejamento de Carreira**

Os trabalhos contínuos e invariáveis tem perdido espaço para inúmeras formas de trabalho, as pessoas ao escolherem uma profissão e desenvolverem suas carreiras, frequentemente não avaliam corretamente a relevância da esfera do trabalho no processo de construção de suas identidades (BRASIL, FELIPE, NORA, FAVRETTO, 2012). Essa pesquisa com os psicólogos temporários que atuaram no CREAS mostra que a os participantes não planejaram sua próxima atuação, conforme falas a seguir:

Na verdade, eu não pensava muito nisso né, nunca pensei ai é temporário vai terminar, nunca, nunca, talvez por uma defesa né eu não sei, mais eu nunca pensava nisso e nunca planejava também né, eu sempre digo que as coisas da minha vida foram acontecendo assim né, não era algo ah tá vai terminar, não terminava e ai acontecia outra coisa (Participante 3)

É, porque, como eu te disse, eu vivia pro CREAS, eu esqueci, é bem... como tu se acomoda e como eu amava, eu acabava não pensando que eu ia sair, eu não pensava que tava perto de terminar, ai eu precisei fechar aquele ciclo, enfrentar aquele sofrimento e ok (...) tu saiu né, não vai voltar e ai depois sim, não foi uma coisa planejada eu, tô saindo, tenho que procurar outra coisa. Depois assim, depois que eu terminei uma coisa, foi que eu comecei a outra (Participante 1)

Ahã, não tinha nada planejado, com certeza pela própria pós assim que me atraiu assim trabalhar com essas questões da mediação, direito de família, uma proximidade um pouco com a Psicologia Jurídica, mas eu não sei assim, isso ainda são planos né, de tá me aproximando um pouco da Psicologia Jurídica (Participante 5)

[...] quando terminou o contrato do CREAS, eu fui contratada pela [instituição que mantinha o contrato com o CREAS], eu também não saberia se eu ia... seria contratada ou se eu ficaria desempregada né, então [...] (Participante 6)

No primeiro contrato, de 2 anos, eu pensava na renovação, tanto que renovei, já no finzinho ali de 2013... não sei se no meio do ano... acho que não, mais pro fim mesmo de 2013 eu já comecei a me organizar pra não ficar, eu já sabia que eu não queria ficar, então a escolha foi

minha, tanto de, de aceitar a renovação, quanto ãh, ãh, eu vi que já tava no meu momento, que eu já tinha cumprido a minha função [...] (Participante 4)

Sinceramente, como tava tão desgastado, eu tava, eu tava num esgotamento, tava tão grande que eu não procurei nada. Eu preferi dar um tempo, pra descansar, né, segui os atendimentos particulares que eu tinha, mas em relação a ter uma carga horária fixa, né, eu preferi dar um tempo [...] (Participante 2)

Conforme a fala dos seis participantes, o planejamento de carreira foi ineficaz durante o trabalho temporário no CREAS. A instabilidade da contratação, a precariedade do serviço e a temática trabalhada interferiram nesse processo e geraram estresse e angústia relacionados ao trabalho, levando os profissionais a um estado de esgotamento mental, tornando essa experiência carregada de sentimentos e sintomas. As autoras Valore e Selig (2010) trazem que o mercado de trabalho apresenta novos cenários contemporâneos, fazendo-se necessário instituir projetos a curto prazo na relação do indivíduo com o trabalho, compreendendo a influência que estas vivências apresentam na subjetividade de cada um. Sennett (2007) enfatiza alegando que o modo de funcionamento do mercado de trabalho passa a influenciar o modo de funcionamento dos indivíduos, por esse motivo, é nítida a crescente procura por cursos que desenvolvem habilidades interpessoais e desenvolvimento de competências em busca de uma melhor compreensão e assimilação dessas transformações relacionadas ao trabalho (PAIXÃO, 2005; MELO; BORGES, 2007).

Para Bauman (2001), estamos vivendo em sociedade identificada como “modernidade líquida” onde as referências são transitórias e as decisões precisam ser tomadas constantemente. Antunes (2005) traz que um mercado de trabalho complexo, rotativo e precário suscitam a necessidade de que os planos de vida tornem-se mais flexíveis, pois as constantes mudanças no universo do trabalho e das organizações, geram insegurança quanto à manutenção do emprego e a possibilidade cada vez mais restrita de desenvolver toda a carreira profissional em uma mesma organização (MALVEZZI, 2004). Se antes as organizações definiam os caminhos que levavam a trajetória profissional de cada um, em relação a progressão profissional dentro da hierarquia empresarial, atualmente o indivíduo passa a ter a responsabilidade da construção de sua carreira, tornando o planejamento de carreira um passo importante para progredir diante do cenário que se apresenta (MARTINS, 2001; SANTOS, 2008; VERIGUINE, 2008).

A postura dos psicólogos temporários do CREAS nada mais é que uma representação das relações de trabalho nesse novo paradigma de emprego, cujas características são a precarização, a flexibilidade e a instabilidade. Esse panorama gera insegurança em relação a

manutenção do emprego, construindo uma relação paradoxal já que o emprego tem papel central na vida das pessoas, sendo ponto de partida para todas as outras decisões (DUPAS, 1999). Diante dessas incertezas, o profissional passa a desenvolver seus objetivos a curto prazo, tornando as experiências de trabalho uma vivência que influencia significativamente seus projetos de vida (SENNETT, 2007).

## 2.2 Trabalho no CREAS

Essa categoria apresenta a percepção dos psicólogos sobre o trabalho no CREAS e a possibilidade de os participantes retornarem a esse campo de atuação. As falas abaixo demonstram o desejo dos profissionais de retornar às atividades nesse serviço, entretanto, os participantes relacionam o retorno a melhores condições de trabalho e à valorização profissional:

Dependendo de como é a gestão agora, mas assim, o CREAS eu voltaria, talvez um CRAS, nunca diga nunca, né, eu voltaria o que iria ser decisivo pra mim é como será essa gestão atual agora, né, porque na gestão passada, não dá (Participante 1)

Não sei... Mas acho que sei! Provavelmente sim. Ah, infelizmente isso dá uma certa insegurança né, porque não te dá uma estabilidade profissional, que é o que a gente procura. Mas como eu falei antes, isso nunca me afetou propriamente né, nunca foi algo que me causou angústia, ou que que, deixou de contribuir pro meu trabalho, deixou afetar quer dizer, que afetou o meu trabalho, mas... eu pensaria um pouquinho mais... Mas acho que eu voltaria, eu gosto bastante dali. (Participante 4)

[...] Não é um trabalho simples né, tem muita dificuldade, a gente vivencia no dia a dia uma demanda muito grande, um serviço de muita importância sem um olhar de importância né, então é algo que eu sempre pensava, eu não vou retornar, não é um serviço valorizado, não valoriza o nosso trabalho, não valoriza o profissional, tem muitas dificuldades, não é só a questão ah não pagam bem, o prédio é precário, não tem recurso, não era só isso, é algo maior... não existe um olhar para o serviço, isso mexe muito com a gente! A gente estuda, a gente lê, a gente sabe como deve ser, de repente a gente vê na prática completamente o contrário, sendo que tem tudo para ser bom, sendo que tinha profissionais que estavam dispostos a fazer um trabalho legal, então tem tudo isso, então todas as vezes que eu pensava: Não vou retornar, vinha muito nessa ordem, mas quando eu retornava eu sempre pensava: "vai ser diferente né, ahm vai mudar, eu posso contribuir para esse serviço". Eu sempre pensava dessa forma, então quando me fazem essa pergunta, eu penso, eu não sei se eu não retornaria, se me convidarem hoje para voltar para o CREAS, eu acho que voltaria e ainda teria aquela ilusão né, vai ser diferente, vai ter um olhar de importância, vão dar importância pra esse serviço (Participante 3)



Só se fosse de Concurso Público daí, contratação temporária, eu não voltaria, não voltaria né, estando empregada claro, que se a gente tá desempregada, a gente não sabe né como seria, eu acho que eu teria uma visão um pouco diferente, mas eu tando empregada, hoje se tivesse oportunidade de voltar para o CREAS ou para Secretaria de Assistência sendo temporário, eu não voltaria. (Participante 6)

[...] Sim! Mas assim, desde que não fosse muito contra o que tá na resolução, eu acho que a gente precisa também ter um olhar para o que tá na Legislação, para o que tá posto, eu acho que isso também assim, eu acho que pesaria um pouco mais assim, porque quando tu entra, tu enfim, tu tem contato com toda a questão legal do teu trabalho e eu acho que tem uma condição ética também profissional que tu também tem que preservar, então eu acho que pensaria um pouco nessa situação [...] (Participante 5)

Analisando as falas dos participantes, é possível identificar uma ambivalência em relação ao desejo de retorno ao CREAS. Por um lado os psicólogos sentem-se angustiados, fragilizados e instáveis em relação à atuação no serviço, por outro lado, identificam-se com a temática, preocupam-se com os usuários e acreditam no potencial que o CREAS pode ter. Yamamoto (2007, p. 214) ajuda a compreender essa questão trazendo que:

A condição assalariada de inserção profissional no trabalho, mediada pelas demandas e requisições do mercado de trabalho, resultam em tensões entre o direcionamento que a profissão pretende imprimir em seu trabalho concreto e as determinações do trabalho abstrato, inerente ao trabalho capitalista.

A autora esboça uma ideia pertinente às falas quando expõe que o trabalho do profissional nem sempre consegue ser desenvolvido da forma como se objetiva realizar devido os desvios advindos de fatores relevantes e fora do alcance dos profissionais. Para Antunes (1998; 1999), as transformações no universo do trabalho interferem nas condições de vida e trabalho da classe trabalhadora, inclusas nas formas de trabalho precário, parcial, temporário, subcontratado, terceirizado, doméstico e informal. O descompasso do sistema público de seguridade social através da redução dos gastos sociais têm suas expressões na privatização, descentralização, focalização e programas assistenciais emergenciais, as condições de trabalho e relações sociais são indissociáveis da contrarreforma do Estado (BEHRING, 2003; CEOLIN, 2014). As condições de trabalho dos profissionais estão profundamente atingidas pelas determinações da precarização do trabalho e sua autonomia limitada diante deste cenário (NETTO, 1996). O campo do Serviço Social está imerso na precarização das condições e relações de trabalho, os achados na pesquisa retratados através da fala dos participantes confirmam esta questão, os profissionais que atuam nesse contexto

estão sendo submetidos a contratos temporários, terceirizados, subcontratados, sendo que esta forma de contratação impacta na vida profissional que tem se comprometido pelas condições objetivas de sua inserção no mercado de trabalho (CEOLIN, 2014).

O crescimento do fenômeno da terceirização no Brasil está associado ao capitalismo e a transformação na forma de produção de riqueza (PAIXÃO; FILHO, 2014). A terceirização é uma passagem do modo fordista para a atual configuração do mundo do trabalho chamada “acumulação flexível”, que se apoia na flexibilidade dos processos e mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo, ocasionando o surgimento de novos setores de produção e de fornecimento de serviços financeiros, para atender as demandas atuais do mercado que busca inovação comercial, tecnológica e organizacional (HARVEY, 2006).

Diante disso, os psicólogos que atuaram de forma temporária no CREAS estão receosos do que poderiam encontrar ao retornarem a um dos serviços do SUAS. Fica nítido o desejo de que as políticas públicas sejam respeitadas e implementadas de forma eficaz e que os profissionais possam se inserir através de concursos públicos para desenvolver um trabalho contínuo e qualificado, no entanto os desdobramentos da gestão estão distantes do almejado.

### **Categoria 3: Precarização do trabalho temporário no CREAS**

Esta categoria retrata a precariedade em que os profissionais temporários do CREAS estavam submetidos durante o período de atuação no serviço. Os participantes elucidaram com clareza as diversas formas de precarização que encontraram nesse percurso de trabalho, trazendo à tona as dificuldades do trabalho temporário em um serviço de suma importância, em contrapartida, pouco assistido pelos gestores.

#### **3.1 O mínimo para trabalhar**

A infraestrutura de trabalho é fundamental para que as atividades sejam desenvolvidas. No entanto, o relato dos psicólogos que atuaram no CREAS retratam o contrário, conforme as falas a seguir:

[...] Lá no prédio antigo que a gente tava era muito ruim né, chovia dentro, era sei lá, era uma época que chovia bastante, tinha toda a fiação, chovia nas salas e a gente tinha muito medo né, que acontecesse algo ali, era muito perigoso os computadores molhavam todos, então o clima era um clima bem estressante assim né, ah a

gente não conseguia trabalhar vários dias o serviço foi fechado e a gente não conseguia trabalhar, então era bem ruim [...] (Participante 3)

[...] A gestão é da Secretaria de Desenvolvimento Social, então, assim, questões principalmente de carro, de quando nós precisava usar para fazer visita, muitas vezes, a equipe se organizava e tinha todo um cronograma de questões importantes, mas não tinha carro, né, e aí as famílias esperando, os nossos compromissos esperando (...) tinham coisas que faziam muita falta, por exemplo, estragava uma impressora, só tinha uma impressora até aquela impressora ser arrumada, é muito documento né, então até aquela impressora ser arrumada, vem um motorista da Secretaria e pega e leva de volta, até trazer vai se passando o tempo e aí relatórios, relatórios, relatórios pra responder [...] (Participante 1)

[...] o espaço físico, ele não era dos melhores, a gente tinha o mínimo, as mínimas condições de trabalho (Participante 6)

[...] Às vezes, precisava de carro, não conseguia carro, isso acabava trancando um pouco os atendimentos. O espaço físico, às vezes também não ajudava muito, nós tinha só duas sala pra atendimento, nós éramos entre 5 psicólogos, então isso acabava trancando um pouco né. E a gestão sempre nos colocando que nós tínhamos que criar metodologias né, pra, pra absorver isso, então a equipe tava toda sempre sob pressão, e eu acho que essa pressão acabava prejudicando, né, o desenvolvimento do trabalho (Participante 2)

Ah, a gente passava por situação de estrutura, de infraestrutura mesmo, de situações assim de, do próprio do carro né, que não tinha pra gente tá fazendo visita pra gente tá indo nos locais, a situação de enfim assim, de próprios de materiais assim, eu acho que isso era um pouco complicado assim, o próprio às vezes de impressora, questões bem disso assim próprio de estrutura pro próprio usuário que vinha participar, sala assim que às vezes, que não tinha assim um sigilo, uma escuta [...] (Participante 5)

De forma geral, a estrutura física, não tínhamos acompanhamento, como eu falei, até o papel higiênico a gente comprava, a limpeza do CREAS por um bom tempo a gente fechava tipo uma horinha mais cedo, e a gente ficava uma horinha, duas a mais pra limpar! Então o CREAS fechava as 5, se a gente tava tranquilo aquele dia, a gente encostava a porta, claro que se alguém batesse nós atendíamos, a gente só encostava a porta pra não verem que a gente tava faxinando o local e a gente tava lá, de Chiquinha [no cabelo], a gente ia de corsário, camisetinha outra pra trocar pra ir pra casa, e limpando banheiro, limpando sala, tirando as coisas do lugar, tirando pó, varrendo, passando pano [...] (Participante 4)

Destaca-se o relato dos participantes que diariamente conviviam com a falta de todos os tipos de recursos, como: infraestrutura apropriada – trazendo riscos aos trabalhadores e usuários, falta de espaço físico para realizar os atendimentos, dificuldades em realizar as visitas domiciliares (devido à divisão do automóvel disponibilizado com os outros serviços da Assistência Social), a falta de materiais de trabalho, a interferência do clima nas condições físicas precárias do prédio, entre outras necessidades que o serviço apresentava em sua rotina

de trabalho. De acordo com a Psicodinâmica do Trabalho, as condições de trabalho podem ocasionar vivências de sofrimento caso exista indisponibilidade de recursos materiais e humanos, instalações físicas precárias, ambiente enfumaçado, ambiente ruídos altos, ambiente sem ventilação, temperatura alta, exposição a riscos químico, biológicos, físicos e psíquicos (MENDES; MARRONE, 2011). Apesar da existência da política de Assistência e das orientações da NOB-RH/SUAS, as condições de trabalho continuam precárias, pois muitos gestores municipais cumprem os requisitos mínimos para o recebimento do financiamento da política, sem garantir as condições físicas e materiais adequadas para a prestação dos serviços enfraquecendo com isso, todo o processo de trabalho (PAZ, 2015).

Para Ferreira et al., (2006), quando os trabalhadores passam por restrições em relação ao trabalho que é desenvolvido, resta-lhes o uso das defesas que podem servir de proteção ou levar a uma espécie de alienação em relação a sua vivência. As condições de trabalho são formadas pelos elementos estruturais presentes no local de trabalho e caracterizam sua infraestrutura, apoio e práticas administrativas (FERREIRA; MENDES, 2003). A demonstração de pouco investimento no serviço e do não atendimento às necessidades mínimas dos profissionais, podem desencadear sofrimento identificados através do: medo, insatisfação, insegurança, estranhamento, desorientação, impotência diante das incertezas, alienação, vulnerabilidade, frustração, inquietação, angústia, depressão, tristeza, agressividade, impotência para promover mudança, desgaste, desestímulo, desânimo, sentimento de impotência, desgaste físico, emocional, desvalorização, culpa, tensão e raiva (MENDES; MORRONE, 2011, p. 31/32). Além disso, esses resultados estão em sintonia com estudos realizados no campo da Assistência Social. Ximenes, De Paula e Barros (2009) afirmam que os psicólogos que atuam na Assistência Social são expostos a oferta de condições de trabalho precárias, que vão desde a fragilidade de vínculos empregatícios até situações de precariedade das instalações físicas e dos equipamentos necessários e a ocorrência de possíveis deturpações na prática do profissional, devido a fragilidade em que se encontram. Paz (2015) traz que as condições de trabalho na Assistência Social estão precárias devido a uma série de questões das quais os profissionais são submetidos como: falta de recursos materiais, instalações físicas inapropriadas, alta rotatividade dos profissionais, baixos salários, recursos humanos insuficientes e pouco qualificados, ausência de investimento nos profissionais, insegurança em relação ao emprego e exigência por parte dos gestores, tornando o atendimento aos usuários um desafio constante. Para Oliveira (2012), a precariedade no emprego é uma consequência da implantação de um padrão flexível nas relações de trabalho, que passou a fazer uso sistemático da subcontratação de empresas e de trabalhadores. No

Brasil, este comportamento se intensificou nos anos 1990 e veio seguido por uma crescente flexibilização do Direito do Trabalho (PAIXÃO; FILHO, 2014).

### 3.2 Rotatividade excessiva dos profissionais

Outra característica marcante das entrevistas com os psicólogos se deu através dos relatos sobre as contratações temporárias e as quebras que estes contratos apresentam na continuidade do trabalho, tornando as atividades laborais fragmentadas, conforme mencionam em suas falas:

[...] Como até os gestores são passageiros, então nunca se sabia qual a posição que ele poderia tomar diante dum, da cobrança de um profissional, então, e isso se equiparava um pouco entre o terceirizado e o efetivo, porém o efetivo tem um pouco mais de segurança para poder cobrar, porque ele pode utilizar as leis, ele pode utilizar do concurso dele que traz um pouco mais de segurança pra ele, do que o profissional temporário, né, que a qualquer momento pode ser rompido (Participante 2)

[...] Era bem complicado, eu sempre pensava assim eu não volto mais pro CREAS, eu sempre pensava isso, aí não, não dá, eu gosto de trabalhar aqui, na verdade eu trabalhei, eu trabalhava ali por amor assim, eu gostava muito de trabalhar, eu me identificava com a temática, eu sabia que eu poderia tá ali ajudando né, eu tinha leitura nessa área e eu sabia que eu tava fazendo algo né, que não era do além, que era algo construído, e eu sempre pensava eu estudei tanto, eu li tanto, eu gosto de tá aqui né, só que daí toda a vez que isso acontecia né, quando eu me deparava ah tô sozinha, todo mundo saiu e agora? eu pensava nossa eu vou sair e não vou voltar, mais eu acabava voltando né e sempre pensando: bom o serviço vai ter um olhar, quando que vai ter um olhar? Quando que vai ter um olhar diferente? É agora, de quem está nos contratando! mais isso não aconteceu ainda né? [...] (Participante 3)

A rotatividade dos profissionais é muito ruim principalmente para os usuários, eles acabam sendo os mais prejudicados né, muda as gestões e muitas vezes por esta questão de contratação né, ser temporária, os gestores acabam né colocando quem eles querem: tendo perfil, não tendo perfil pra trabalhar no CREAS tem que ter perfil né, que nem eu sempre digo: tem que gostar de gente, tem que ter perfil pra trabalhar em CREAS, pra coisa funcionar, pra rede funcionar [...] (Participante 1)

[...] Eu acho que isso prejudica muito tanto o serviço quanto o profissional porque o profissional também acaba se desgastando, preocupado se vai ter ou se não vai ter emprego né e a gente acaba também se preocupando com o paciente, como ele vai ficar? Então eu acho, o contrato temporário uma coisa bem negativa, bom porque é uma experiência que o profissional vai ter né de bom que é uma experiência nova que ele vai ter mais ele vai ter mais pontos negativos do que positivos na contratação temporária (Participante 6)

Rotatividade é o conceito usado para representar a flutuação de pessoas em uma organização/instituição, é o movimento de entrada e saída de pessoas em postos de trabalho e se a rotatividade for excessiva, torna o trabalho instável e descontinuado (STANCATO, ZILLI, 2010). A palavra instabilidade tem ressoado na realidade vivida pelos trabalhadores e está envolta em um mar de precarização, devido a necessidade de conviver em um mundo onde se perdeu uma série de garantias trabalhistas, direitos adquiridos, conquistas que protegiam não só socialmente, mas psicologicamente as pessoas (LANCMAN, UCHIDA, 2003). Como garantia de sobrevivência, muitos profissionais da Assistência Social precisam trabalhar em outras atividades ou até mesmo em municípios limítrofes, em decorrência dos baixos salários pagos aos profissionais e da instabilidade em relação a manutenção do emprego, herdados pelas contratações temporárias (PAZ, 2015). O receio pela perda do emprego devido as instabilidades econômicas e sociais, tornam os processos de trabalho mais sofridos, para os que perderam o seu posto de trabalho e a possibilidade de demissão assusta os que permaneceram empregados. Para Dejours (1999a), trata-se uma naturalização da prática social injusta, vivenciada pelas pessoas como um mal dos tempos modernos, uma consequência, quase como um destino.

A rotatividade é também vista pelo participantes como uma descontinuidade do trabalho, conforme descrevem abaixo:

[...] Eu acho um pouco complicado a questão de não ter profissionais de referência, isso é muito complicado [...] (Participante 4)

Ficou perdido, o que a gente pode encaminhar a gente encaminhou para os outros serviços, mas foi pouquíssimos casos, porque não adianta tu encaminhar só pra né, lavei minhas mãos e não ter um retorno, não ser uma coisa que era viável e na última semana que a gente tava no CREAS chegou muito caso do Disk 100 e eu fiquei pensando: Meu Deus será que vão dar continuidade nesses casos? Porque a gente só ia deixando tudo organizadinho, nas mesas, deixamos uma cópia na Secretaria, o caso lá da Marizinha, contato, endereço, mais ou menos o que que era o caso, o que precisava fazer, deixamos esmiuçadinho [...] (Participante 1)

Era renovado de ano em ano, então isso era muito difícil pra nós profissionais porque chegava lá no final do contrato e a gente já começava: O que faremos com os nossos pacientes? Quem vai assumir? Vamos ficar, não vamos ficar? O que será dos nossos pacientes né? Que benefícios eles vão ter, tendo um atendimento com uma... Eles tiveram benefícios e agora o que vai ser? (Participante 6)

[...] Vamos dizer assim um pouco frustrante porque às vezes tu não consegue dar continuidade, tu não consegue né acompanhar essa complexidade ou enfim, ver todos os desdobramentos que eles vão ter né? [...] (Participante 5)

Paz (2015) traz que a rotatividade influencia a falta de continuidade dos atendimentos, provocando um rompimento (muitas vezes brusca na forma imediata em que se finaliza), fazendo com que os usuários desconfiem da efetividade do serviço e das ações públicas. Em um estudo realizado pelas autoras Freire e Alberto (2013), a rotatividade ganhou destaque como um fator que afeta a formação do profissional e o vínculo com o trabalho. A ausência de concursos públicos para os profissionais na política de assistência, especialmente no CREAS, gera um ciclo de contratações temporárias, não havendo uma perspectiva de mudança nessa cultura do serviço, perdendo com isso, muitas particularidades a cada troca de equipe (RIBEIRO, 2010; YAMAMOTO, PAIVA, 2010; CFP, 2010; CREPOP, 2010).

Para Chiavenato (2006), a renovação revigora a equipe e traz ideias pertinentes dos profissionais recém chegados à instituição, ocasionando uma rotação meramente vegetativa e de simples manutenção do sistema. No entanto, o CREAS possui na composição de sua equipe uma significativa parcela de profissionais em contratação temporária, tornando os desligamentos perigosos na medida em que descaracterizam o serviço a cada mudança de equipe, deixando poucas perspectivas de continuidade e expondo os usuários do serviço a um eterno recomeço (FREIRE; ALBERTO, 2013)

### 3.3 Gestão ineficiente

Essa categoria apresenta dados sobre a gestão do serviço, demonstrando por inúmeros aspectos o quanto era ineficiente e geradora de doença nos seus trabalhadores. A gestão estava desconexa com as diretrizes que norteiam o trabalho, não fornecia condições suficientes para a realização das atividades laborais, a infraestrutura era precária e os pacientes eram atendidos de acordo com as possibilidades do serviço, conseqüentemente. As falas abaixo apresentam evidências dessas afirmações.

Eu vejo uma má gestão do CREAS, uma preocupação, o CREAS hoje é um serviço que deixa toda a sociedade preocupada, muito preocupada porque os pacientes hoje eles estão desassistidos no nosso Município (Participante 5)

[...] Eu comecei a entrar em sofrimento, comecei a adoecer... né, comecei a psicossomatizar as coisas, eu, eu tinha manchas de alergia pela perna, onde só eu tinha, nenhuma das gurias tinha, “Gurias tem pulga!”, e as gurias davam risada, “Eu tô sentindo pulga nas minhas pernas!” – “Não tem pulga!”, era coisa, não tinha, eu é que estava adoecendo ali dentro, então eu pedi por isso, por essa falta de suporte, a gente não tinha suporte em nada, em nada (Participante 4)

A gestão! A Instituição, que hoje não é gestão do Município, naquela época também não era mais a Instituição, ela deixava pra o gestor do Município tomar conta e naquela época a gente tinha gestores bons dentro da Secretaria da Assistência, nós tinha Coordenadores da Secretaria da Assistência que né, nos reunia, reunia com a gente pra fazer reunião da equipe, hoje os gestores são de outras Instituições e eles não tem aquele contato com a Secretaria de Assistência então é difícil, bem difícil! (Participante 6)

O termo gestão abrange uma série de ações como: planejar, dirigir, administrar, orientar e controlar alguma coisa seja ela no âmbito pessoal e familiar, quanto na esfera organizacional tanto no setor público, quanto no privado (BERNARDES; OLIVERIA; SOUZA; OLIVERIA, 2012). De acordo com a teoria Dejouriana, a organização do trabalho é a responsável pelas consequências negativas ou positivas para o funcionamento psíquico do trabalhador. O autor afirma que o contexto sócio profissional pode gerar prazer e/ou sofrimento no trabalho, influenciando a estrutura da personalidade do trabalhador.

A organização do trabalho exerce sobre o homem uma ação específica, cujo impacto é o aparelho psíquico. Em certas condições emerge um sofrimento que pode ser atribuído ao choque entre uma história individual, portadora de projetos, de esperanças e de desejos e uma organização do trabalho que os ignora DEJOURS (1987, p. 64).

Para que uma política pública aconteça, é essencial que os gestores dêem suporte aos profissionais através de investimento e relacionamentos efetivos voltados para este propósito (DI GIOVANNI, 2009). Em relação ao SUAS, dificuldades e limitações são notáveis tanto na estrutura material, quanto na simbólica, tornando-se um aspecto preocupante para o funcionamento dessa política no processo de efetivação dos direitos (FREIRE, ALBERTO, 2013).

A prestação dos serviços no âmbito do SUAS demanda além do conhecimento teórico, técnico e direcionamento ético-político dos profissionais, como também condições materiais para sua realização.

A implementação do SUAS exige novas formas de regulação, organização e gestão do trabalho e, certamente, a ampliação do número de trabalhadores com estabilidade funcional é condição essencial, ao lado de processos continuados de formação e qualificação, a partir do ingresso via concurso público, definição de cargos e carreiras e de processos de avaliação e progressão, caracterização de perfis das equipes e dos serviços, além de remuneração compatível e segurança no trabalho (RAICHELIS, 2010, p. 761)



Segundo Raichelis (2010) ainda, para que o fortalecimento do trabalho nas políticas públicas aconteça é necessário uma gestão eficiente e participativa, que busque legitimar os direitos dos trabalhadores e usuários dos serviços. Existem algumas dificuldades para que o profissional de Psicologia exerça sua atividade de forma efetiva, como a rotatividade de profissionais, devido ao curto tempo de permanência destes no serviço; necessidade de mais capacitação para fundamentar a prática; e exercício de duas funções diferentes em um só cargo: a de psicólogo e a de coordenador, cujas demandas são diferenciadas (FREIRE, ALBERTO, 2013).

Um estudo realizado por Franco (1991) analisou a interdependência entre condições de trabalho, o sujeito que trabalha e os acidentes em uma organização onde há uma política de substituição temporária da mão-de-obra fixa por empregados terceirizados em empreiteiras, submetidos a precárias condições de segurança, pouco treinamento, salários menores e transporte em piores condições. Os profissionais terceirizados compartilham o mesmo espaço físico com outros trabalhadores que possuem melhores condições de trabalho em comparação com as suas, mostrando que há uma dicotomia entre o espaço real e o imaginário (PINTO, 2008).

O trabalho, como parte do mundo externo ao sujeito e do seu próprio corpo e relações sociais, representa uma fonte de prazer ou de sofrimento, desde que as condições externas oferecidas atendam ou não a satisfação dos desejos inconscientes (MENDES, 1995, p. 35).

A repercussão da terceirização no ambiente de trabalho aumentam a incerteza e a precariedade dos postos de trabalho (PAIXÃO; FILHO, 2014). As contratações temporárias geram empregadores distintos, entidades sindicais diversas, tipos de contrato díspares e um quebra cabeças no que tange a administração de todos esses fatores (VIANA, 2014).

#### **Categoria 4: O sentido que os psicólogos temporários do CREAS deram para esta vivência de trabalho**

A experiência de trabalho temporário no CREAS foi apresentada pelos participantes de forma clara, sendo que todas as entrevistas realizadas trouxeram o significado que cada psicólogo deu para esta vivência. Podemos conhecer o sentido do trabalho para esses profissionais através das seguintes falas:

[...] Eu acho que a maior questão positiva foi isso assim, toda a experiência que eu tive assim, porque realmente não é nada do que eu li nos livros, é uma outra realidade que bom que não é a minha realidade mais que bom que eu pude conhecer a realidade dessas pessoas e que eu pude até um certo tempo organizar, orientar, amparar, acolher, até onde o CREAS nos permitiu assim (Participante 1)

Eu acho que ela foi positiva no sentido de amadurecimento, eu amadureci muito, tanto com os usuários, pela realidade que se enfrenta no CREAS, porque nos três primeiros anos eu só atendi à vítima de violência, aí no último ano eu comecei a atender também os adolescentes em medidas socioeducativas. E aí tu vê que a realidade, o adolescente infrator é fruto da violência sofridas né, e das negligências sofridas, então nessa parte me auxiliou muito em amadurecer, e ter uma visão de mundo um pouco diferente né, buscar entender um pouco melhor das políticas públicas, das poucas que existem, das poucas que estão colocadas em prática. E em termos pessoais, em relação a isso, também todos estes desconfortos que existiam me ajudou a amadurecer, e ter um pouco mais de cautela, e ter muito cuidado ao lidar com situações [...] (Participante 2)

[...] a experiência do CREAS sei lá, fez com que hoje eu fosse a profissional que eu sou assim né, fez eu buscar tudo o que eu busquei, fez eu buscar a especialização, fez eu buscar o mestrado, eu acho que tudo isso foi pelo meu trabalho no CREAS talvez se eu não tivesse trabalhado lá eu não teria buscado tudo o que eu busquei né, até pela questão da violência a gente tem que buscar, a gente não consegue dar conta se a gente não for ler, se a gente não for pesquisar nessa área, então eu acho que o sentido pra mim mesmo sendo temporário, foi algo que me fez crescer muito né e fez várias portas se abrir, por isso que eu gostei muito do título e eu fiquei pensando muito nisso, a gente tem que fazer essa reflexão e eu nunca tinha feito ou talvez tenha feito de outra forma. (Participante 3)

[...] só tenho a agradecer, é um lugar onde eu cresci pessoalmente, profissionalmente, fiz amizades, (...) eu poder ver aquele pouquinho, que aquele paciente, aquela criança confiou em alguém depois de ser maltratada fisicamente, emocionalmente, então eu acho que isso foi o que mais, é o melhor dali. Então poder, tá na rua e as vezes esbarra assim, no calçadão, as vez no centro, com esse paciente e eles lembrarem do nome, com carinho, ou quando vinham com florzinha, nossa o que a gente ganhava de florzinha, então isso pagava tudo, sabe, isso é o que valeu ali dentro [...] (Participante 4)

Ah o trabalho foi muito rico né assim de contribuição, principalmente assim por ter saído um pouco do consultório das quatro paredes por trabalhar com profissionais assim o conhecimento de vários colegas assim foi muito muito muito importante assim, um trabalho muito rico [...] (Participante 5)

Eu aprendi muito, vi realidades totalmente diferentes ahm tive uma experiência né, nova em um serviço do qual eu não conhecia então tudo isso né, gera um aprendizado na vida da gente e eu acho que foi isso assim, eu vou levar para o resto da minha vida jamais eu vou esquecer o trabalho que eu fiz no CREAS né, eu vou lembrar que eu pude ajudar muitas pessoas né, até hoje muitas pessoas que frequentavam o CREAS frequentam a nossa instituição me agradecem ainda, ainda lembram né, então um pontinho na vida daquelas pessoas eu consegui deixar (Participante 6)

O sentido diz respeito ao que o sujeito atribui à sua vivência no trabalho, conforme Dejours e Abdoucheli (2007, p. 141), “o sentido que o sujeito constrói é fortemente singularizado pela forma através da qual a situação atual de trabalho se encaixa, faz ressonância com as experiências passadas e expectativas atuais do sujeito”. A partir do discurso do trabalhador, a psicodinâmica do trabalho busca descobrir o sentido do trabalho e as estratégias defensivas ocasionadas, possibilitando com isso, a transformação do sofrimento em prazer, de acordo com o contexto de trabalho do sujeito e seus modos de subjetivação, experimentará o prazer e o sofrimento em relação ao seu labor e construirá o seu sentido (VIANA; MACHADO, 2011).

Dejours (1992, p. 133) descreve a influência que a organização do trabalho tem sobre o sujeito:

[...] a organização do trabalho exerce, sobre o homem, uma ação específica, cujo impacto é no aparelho psíquico. Em certas condições, emerge um sofrimento que pode ser atribuído ao choque entre uma história individual, portadora de projetos, de esperanças e de desejos, e uma organização do trabalho que as ignora. Esse sofrimento, de natureza mental, começa quando o homem, no trabalho, já não pode fazer nenhuma modificação na sua tarefa no sentido de torná-la mais conforme às suas necessidades fisiológicas e a seus desejos psicológicos – isso é quando a relação homem-trabalho é bloqueada.

Barus-Michel (2004) enfatiza a importância de encontrar um sentido para o sofrimento, o que permite ao sujeito sentir que seu investimento "valeu a pena". O reconhecimento é uma fonte que possibilita ressignificar os sofrimentos vividos no trabalho e transformá-los em prazer, reduzindo a carga negativa e beneficiando a saúde do trabalhador (Mendes, 2007). O reconhecimento do trabalho é uma forma de realização do "eu" no campo social, a dinâmica do reconhecimento está diretamente ligada à construção da identidade, essa mediada pela atividade de trabalho (DEJOURS, 2004).

As estratégias de defesa e o sofrimento podem ser, na verdade, uma saída para a saúde. Assim, intervir na organização do trabalho contribuirá no processo de saúde e permitirá aos sujeitos transformar o sofrimento em um sentido, em inteligibilidade e em ação, o que não significa anular o sentimento, mas transformá-lo no prazer da reapropriação ao vivido pela ação (DEJOURS, et al, 1994, p. 145).

Bendassolli (2012) aponta que o reconhecimento é primordial nos processos de construção identitária e da saúde e prazer no trabalho. O reconhecimento só é possível caso exista um coletivo que aparece como elo e o "ponto sensível da dinâmica intersubjetiva da

identidade no trabalho" (DEJOURS, 2004, p. 75). O reconhecimento é o processo de valorização do esforço e do sofrimento investido para a realização do trabalho, que possibilita ao sujeito a construção de sua identidade, traduzida efetivamente por vivência de prazer e de realização de si mesmo (MENDES, 2007, p. 44). O reconhecimento é uma retribuição de natureza simbólica esperada pelo indivíduo e, na ausência deste, o trabalhador tende a desmobilizar-se (DEJOURS, 2004).

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O tema da presente pesquisa mostrou-se contemporâneo e pertinente devido às transformações significativas ocorridas em nossa sociedade nos últimos meses, mudanças estas que impactam cada vez mais o dia a dia do trabalhador, interferindo no processo de formação de identidade dos sujeitos. A Assistência Social apresenta políticas públicas e diretrizes de extrema relevância para atender as demandas da população e possibilitar a transformação social através do rompimento de ciclos de violência e fragilidade que se repetem por muitas gerações, no entanto, a precarização tem tomado conta e infelizmente representado o serviço, através da ineficiência de uma gestão qualificada e da falta de investimentos de todas as ordens, tornando a prática bem diferente do idealizado para o serviço.

Com isso, buscou-se contribuir de forma acadêmica/profissional com esta pesquisa, uma vez que, compreende-se que uma análise sobre o sentido que esses psicólogos temporários deram para a experiência de trabalho no CREAS pode gerar novas possibilidades de atuação, através da exposição dessa realidade, além de contribuir para o debate com a comunidade acadêmica, auxiliando na construção desse processo que busca condições saudáveis de trabalho no que tange a Assistência Social.

A partir do conhecimento das questões gerais do trabalho dos psicólogos temporários do CREAS e da percepção que esses profissionais têm sobre esse trabalho e as condições advindas dele, foram encontrados dados que poderão ser utilizados para apresentar a importância desse contexto de atuação, principalmente, para a gestão municipal. Trazer esse assunto à tona, dar visibilidade aos profissionais que, pelas próprias características da contratação, ficam à margem de qualquer possibilidade de decisão, participação, autonomia e pertencimento em relação ao seu labor já remete ao reconhecimento sobre o papel desses psicólogos na sociedade.

Destaca-se que a inserção desses profissionais demonstrou que a maioria era recém formada e pouco experientes em relação a temática do CREAS, desconhecendo o serviço e o seu papel diante dele. Com isso, é importante questionar como um serviço de tal complexidade, inclui temporariamente pessoas que não apresentam um preparo inicial para desenvolver tal atividade e ainda não prepara estes profissionais para trabalhar diante de tais situações, tornando-os responsáveis pela sua adaptação, formação na temática e desenvolvimento das inúmeras atividades de trabalho?

Outro fator importante a ser pensado está relacionado ao número significativo de profissionais com contratação temporária (terceirizados), versus o número reduzido de profissionais concursados, o que remete à cultura de terceirização e de descontinuidade do serviço. Essa falta de investimento e/ou planejamento em relação à equipe do CREAS segue fazendo parte da trajetória desses profissionais, sendo que em nenhum momento houve suporte da gestão em relação a continuidade ou rompimento do trabalho dos psicólogos, muito menos uma orientação em relação ao planejamento de carreira desses profissionais.

Ainda no que se refere à equipe, a presente pesquisa sinalizou o alto índice de rotatividade dos profissionais, sendo por meio de término de contratos temporários ou também por pedidos de desligamentos desses contratos antes mesmo de se findar, já que existia uma instabilidade em relação à permanência ou não dos psicólogos no serviço, sempre tratando desse assunto após o período estipulado pelo contrato, gerando instabilidade nesses trabalhadores e conseqüentemente nos usuários do serviço. Ficou nítido que o distanciamento da gestão com a equipe e a falta de implicação da gestão no que tange à necessidade de os profissionais compreenderem as possibilidades de permanência ou não no serviço geraram, em muitos momentos, estresse e instabilidade emocional, influenciando na saúde mental dos trabalhadores.

Mesmo com essa experiência, os psicólogos temporários do CREAS demonstraram o desejo de atuar com a temática e também a possibilidade de retornar ao serviço. No entanto, deixaram claro que para isso acontecer seriam necessários um posicionamento da gestão, melhores condições de trabalho e contratos de trabalho mais justos. Sobre esse retorno, é importante pensar que mesmo atuando em situação precária existe uma identificação com a temática, um vínculo que foi criado com os usuários e, com isso, ressignificações acerca do trabalho desenvolvido no CREAS, tornando a vivência menos angustiante.

A precarização percorreu esta pesquisa, pois todos os entrevistados trouxeram com muita clareza a precariedade das instalações, a falta de recursos, a impossibilidade de atendimento devido a influência do clima nos prédios impossibilitados de receber os usuários, dentre outros. Todavia, para as condições precárias de trabalho, os psicólogos utilizaram de estratégias individuais e, por vezes, coletivas para dar conta dessas fragilidades e continuar com a sua prática no serviço, mais os profissionais trazem que as questões relacionadas a falta de um “olhar para o CREAS” era o que tornava os dias de trabalho difíceis no serviço, tratando-se diretamente da gestão ineficaz em que estavam submetidos.

Por fim, ao se tratar do sentido que esses profissionais deram para experiência de trabalho temporário no CREAS, identificou-se que o sentido está relacionado, principalmente,

ao reconhecimento dos usuários pelo seu trabalho e pela oportunidade de trabalhar com uma temática de cunho social significativo. Os psicólogos engajados com essa vivência, trouxeram em muitos momentos o quanto estava sendo bom falar sobre o CREAS e que essa experiência vai ficar marcada para sempre, apesar de todas as ansiedades que dela surgiram, foi uma trajetória curta e ao mesmo tempo intensa, ensinando todos os dias a trabalhar com questões muito importantes e urgentes e também com a precariedade.

Concluindo, a presente pesquisa buscou elucidar com clareza a experiência de trabalho temporário de psicólogos que atuaram no CREAS e com isso fomentar discussões tanto no meio acadêmico quanto em maior esfera, voltando o olhar para as fragilidades contemporâneas diariamente discutidas nas mídias e entre as pessoas, indiferente da área de atuação, através do amplo interesse advindo do capitalismo em relações terceirizadas, consequentemente: distantes, frágeis, que oferece poucos direitos, muitos deveres e alguns vazios no meio desse processo. Com isso, estudar a interlocução entre a Assistência Social e a terceirização tem sido cada vez mais necessária, tamanho os riscos que esses dois elementos juntos podem repercutir na esfera social.

## REFERÊNCIAS

- AMARAL, André Luís Vizzaccaro; MOTA, Daniel Pestana; ALVES, Giovanni, (ORGs). *Trabalho e saúde: a precarização do trabalho e a saúde do trabalhador no Século XXI*. São Paulo: LTr, 2011.
- ANDRADE, Laura Freire de; ROMAGNOLI, Roberta Carvalho. *O Psicólogo no CRAS: Uma cartografia dos territórios subjetivos*. *Psicologia Ciência e Profissão*, v.30, n.3, p. 604-619, 2010.
- ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 1998.
- ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. 6. ed. São Paulo: Cortez, 1999.
- ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do Trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2005.
- BARALDI, Solange. *Supervisão, flexibilização e desregulamentação no mercado de trabalho: antigos modos de controle, novas incertezas nos vínculos de trabalho da enfermagem*. 2005. 169f. Tese (Doutorado em Enfermagem). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.
- BARDIN, Laurence. *Análise de Conteúdo*. Lisboa, Portugal: Edições 70, 2009.
- BARLACH, Lisete; LIMONGI-FRANÇA, Ana Cristina; MALVEZZI, Sigmar. *O Conceito de Resiliência Aplicado ao Trabalho nas Organizações*. *Revista Interamericana de Psicología/Interamerican Journal of Psychology*, v. 42, n.1, p. 101-112, 2008. Disponível em: < <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rip/v42n1/v42n1a11.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2016.
- BARROS, Aidil Jesus Paes; LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. *Fundamentos de metodologia científica*. 3. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.
- BARUS-MICHEL, Jacqueline. *O sujeito social*. Belo Horizonte: PUCMINAS, 2004.
- BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- BEHRING, Elaine Rossetti. *Brasil em contrarreforma: desestruturação do Estado e perda de direitos*. São Paulo: Cortez, 2003.
- BEHRING, Elaine Rossetti. Fundamentos de Política Social. In: MOTA, Ana Elisabete et al. *Serviço Social e saúde: formação e trabalho profissional*. São Paulo: OPAS/ OMS/Ministério da Saúde, 2006.
- BENDASSOLLI, Pedro. *Reconhecimento no trabalho: perspectivas e questões contemporâneas*. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 17, n. 1, p. 37-46, jan./mar. 2012. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/pe/v17n1/v17n1a04.pdf>>. Acesso em: 18 ago. 2016.



BERNARDES, Ana Cristina Prates; OLIVEIRA, Giovana Aglio de; SOUZA, Raquel Ribeiro de; OLIVEIRA, Juliene Aglio de. *O processo de gestão no CREAS: limites e possibilidades na construção de respostas profissionais sustentáveis*. Faculdades Integradas Antônio Eufrásio de Toledo, Presidente Prudente, SP, 2012. Disponível em: <<http://intertemas.toledoprudente.edu.br/revista/index.php/SeminarioIntegrado/article/viewFile/2884/2662>>. Acesso em: 20 jan. 2017.

BERNARDES, Anita Guazzelli. *Políticas da existência no campo da Saúde: o público como dispositivo*. 2006. 134 f. Tese (Doutorado em Psicologia) - Faculdade de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

BOARINI, Maria Lucia. *A formação do psicólogo*. *Revista Psicologia em Estudo*, Maringá, 2007, v.12, n.2, p. 443-444, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pe/v12n2/v12n2a27.pdf>>. Acesso em: 05 ago. 2016.

BOCK, Ana Mercês Bahia. *A Psicologia a caminho do novo século: identidade profissional e compromisso social*. *Estudos de Psicologia*, v.4, n.2, p. 315-329, 1999. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1413-294X1999000200008>>. Acesso em: 20 ago. 2016.

BOCK, Ana Mercês Bahia. *Psicologia e sua ideologia: 40 anos de compromisso com as elites*. In: BOCK, Ana Mercês Bahia. (Org.). *Psicologia e o compromisso social*. São Paulo: Cortez, 2003. p. 15-28.

BOING, Elisângela; CREPALDI, Maria Aparecida. *O psicólogo na atenção básica: uma incursão pelas políticas públicas de saúde brasileiras*. *Revista de Psicologia ciência e profissão*. v.30, n.3, p. 634-49, 2010.

BRASIL. *Lei N. 4.119, de 27 de agosto de 1962*. Dispõe sobre os cursos de formação em Psicologia e regulamenta a profissão de psicólogo. Brasília, DF, 1962.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/CCIVIL\\_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao.htm](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao.htm)>. Acesso em: 25 nov. 2016.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Norma Operacional Básica NOB/SUAS*. Secretaria Nacional de Assistência Social, Brasília, 2005.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Conselho Nacional de Assistência Social. *Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social*. Resolução nº 269, de 13 de dezembro de 2006. Brasília, 2006.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. *Norma operacional básica de recursos humanos do SUAS – NOB-RH/ SUAS*. Sistema Único de Assistência Social – SUAS. Brasília: O Ministério, 2006.

BRASIL. CONSEA. III Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. *Por um desenvolvimento sustentável com soberania e segurança alimentar e nutricional - Relatório Final*. Fortaleza, 2007a, p. 49-52.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Especializada. Manual da anemia falciforme para a população. Série A. *Normas e Manuais Técnicos*. Brasília: Ministério da Saúde, 2007b.

BRASIL, Vanderlei; FELIPE, Camila; NORA, Mariana Macedo; FAVRETTO, Raquel. *Orientação profissional e planejamento de carreira para universitários*. Cad. acad., Palhoça, SC, v.4, n. 1, p 117-131, fev.-jul., 2012. Disponível em: <file:///C:/Users/WinSeven/Downloads/1213-2137-2-PB>. Acesso em: 10 nov. 2016.

CARVALHO, Denis Barros de; YAMAMOTO, Oswaldo H. *Psicologia e políticas públicas de saúde: anotações para uma análise da experiência brasileira*. Revista de Psicologia para América Latina. Rio Grande do Norte, v. 1, p. 1-8, 2002.

CENTRO DE REFERÊNCIA TÉCNICA EM PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS. *Referência técnica para atuação do(a) psicólogo(a) no CRAS/SUAS*. Conselho Federal de Psicologia (CFP). Brasília: CFP, 2007.

CEOLIN, GEORGE FRANCISCO. *Crise do capital, precarização do trabalho e impactos no serviço social*. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 118, p. 239-264, abr./jun.2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ssoc/n118/a03n118.pdf>>. Acesso em: 23 ago. 2016.

CHIAVENATO, Idalberto. *Recursos Humanos*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

CHIAVENATO, Idalberto. *Administração de Recursos Humanos*. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2006.

CIDADE, Elívia Camurça. *A atuação do (a) psicólogo (a) no sistema único de assistência social (SUAS): um estudo nos centros de referência de assistência social (CRAS) de fortaleza (CE)*. Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará, 2009. Disponível em: <file:///C:/Users/WinSeven/Downloads/Monografia%20Elivia%20Camurca%20Cidade.pdf>. Acesso em: 21 ago. 2106. Acesso em: 10 ago. 2016.

CODO, Wanderley; SAMPAIO, José Jackson Coelho; HITOMI, Alberto Haruyoshi. *Indivíduo, trabalho e sofrimento*. Petrópolis: Vozes, 1992.

CODO, Wanderley. et al. *Indivíduo, trabalho e sofrimento: uma abordagem interdisciplinar*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. *Serviço de Proteção Social a Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência, Abuso e Exploração Sexual e suas Famílias: referências para a atuação do psicólogo*. Conselho Federal de Psicologia. Brasília: CFP, 2009.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA; CENTRO DE REFERÊNCIA TÉCNICA EM PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS. *Atuação dos psicólogos no CREAS e outros serviços especiais de acolhida e atendimento domiciliar do SUAS*. Relatório descritivo preliminar de pesquisa. Brasília, 2010.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. *Referências Técnicas para atuação do/a psicólogo/a no CRAS/SUAS. Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas CRE - 299 Psicologia & Sociedade*, v.24, n.2, p.293-299, 2012. Disponível em: <[http://www.pol.org.br/pol/export/sites/default/pol/publicacoes/publicacoesDocumentos/cartilha\\_crepop\\_cras\\_suas.pdf](http://www.pol.org.br/pol/export/sites/default/pol/publicacoes/publicacoesDocumentos/cartilha_crepop_cras_suas.pdf)>. Acesso em: 17 out. 2016.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. *Referências técnicas para Prática de Psicólogas(os) no Centro de Referência Especializado da Assistência Social – CREAS*. Conselho Federal de Psicologia. Brasília: CFP, 2012.

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA/MINAS GERAIS. *Enquete sobre o conhecimento das pessoas quanto às atribuições da Psicologia nas políticas de assistência social*. 2009. Disponível em: <<http://www.crpmg.org.br>>. Acesso em: 19 ago. 2016.

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL. *Caderno de perguntas e respostas*. 5.ed. 2012. Disponível em: <<http://www.crprrs.org.br/upload/edicao/arquivo11.pdf>>. Acesso em: 10 ago. 2016.

COSTA Ana Flávia de Sales; CARDOSO Claudia Lins. *Inserção do Psicólogo em Centros de Referência de Assistência Social – CRAS*. Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia, v.3, n.2, p. 223-229, 2010. Disponível em: <<file:///C:/Users/WinSeven/Downloads/115-984-1-PB.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2016.

COUTO, Berenice Rojas; YAZBEK, Maria Carmelita; DEGENSZAJN, Raquel Raichelis. *A política nacional de assistência social e o SUAS: apresentando e problematizando fundamentos e conceitos*. In: COUTO, Berenice Rojas; YAZBEK, Maria Carmelita; DEGENSZAJN, Raquel Raichelis. *O Sistema Único da Assistência Social no Brasil: uma realidade em movimento*. São Paulo: Cortez, 2010, p. 32-65.

CRUZ, José Marcos de Oliveira. *Práticas psicológicas em Centro de Referência da Assistência Social*. *Psicologia em Foco*, v.2, n.1, jan.-jun., p. 11-27, 2009. Disponível em: <[http://linux.alfamaweb.com.br/sgw/downloads/161\\_073535\\_ARTIGO2-PraticaspsicologicasemCRAS.pdf](http://linux.alfamaweb.com.br/sgw/downloads/161_073535_ARTIGO2-PraticaspsicologicasemCRAS.pdf)>. Acesso em: 20 ago. 2016.

CRUZ, Lilian Rodrigues da; GUARESCHI, Neuza Maria de Fátima. *Articulações entre a Psicologia Social e as políticas públicas na Assistência Social*. In: CRUZ, Lilian Rodrigues da; GUARESCHI, Neuza Maria de Fátima. (Org.). *O psicólogo e as políticas públicas de assistência social*. Petrópolis: Vozes, 2012. p. 15-34.

DANTAS, Candida Maria Bezerra; OLIVEIRA, Isabel Fernandes de Oliveira; YAMAMOTO, Oswaldo Hajime. *Psicologia e pobreza no Brasil: produção de conhecimento e atuação do psicólogo*. *Psicologia & Sociedade*, v.22, n.1, p. 104-111, 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/psoc/v22n1/v22n1a13.pdf>>. Acesso em: 19 ago. 2016.

DEJOURS, Christophe. *A Loucura do Trabalho: Estudo de Psicopatologia do Trabalho*. São Paulo: Cortez, 1987.

DEJOURS, Christophe. *A loucura do trabalho: Estudo de psicopatologia do trabalho*. 5. ed. ampl. São Paulo: Cortez-Oboré, 1992.

DEJOURS, Christophe. *Uma nova visão do sofrimento humano nas organizações. O indivíduo na organização: Dimensões esquecidas*. São Paulo: Atlas, 1993.

DEJOURS, Christophe. *Psicodinâmica do trabalho: Contribuições da escola dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento trabalho*. São Paulo: Atlas, 1994.

DEJOURS, Christophe. *A loucura do trabalho: Estudo de Psicopatologia do Trabalho*. São Paulo: Cortez, 1998.

DEJOURS, Christophe. *A Banalização da injustiça social*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999a.

DEJOURS, Christophe. *A banalização da injustiça social*. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

DEJOURS, Christophe. *Da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Oswaldo Cruz, 2004.

DEJOURS, Christophe; ABDOUCHELI, Elisabeth. *Itinerário teórico em psicopatologia do trabalho*. In: DEJOURS, Christophe; ABDOUCHELI, Elisabeth; JAYET, Christian. *Psicodinâmica do trabalho: contribuições da Escola Dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho*. São Paulo: Atlas, 2007. 145 p.

DI GIOVANNI, G. *As estruturas elementares das políticas públicas*. Campinas: Unicamp, 2009.

DIEESE. *Nota Técnica – O Trabalhador da saúde em seis regiões metropolitanas brasileiras*. Nº 33, set/2006. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/notatecnica/notatec33saude.pdf>> Acesso em: 19 set., 2016.

DIMENSTEIN, Magda. *O psicólogo e o compromisso social no contexto da saúde coletiva*. *Psicologia em Estudo*, v.6, n.2, p. 57-63, 2001. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S141373722001000200008&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S141373722001000200008&script=sci_abstract&tlng=pt)>. Acesso em: 18 ago. 2016.

DRUCK, Graça; FRANCO, Tânia. (Orgs.). *A perda da razão social do trabalho: terceirização e precarização*. São Paulo: Boitempo, 2007.

DUPAS, Gilberto. *Economia global e exclusão social*. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

ENRIQUEZ, Eugene. *Vida psíquica e organização*. In: MOTTA, Fernando C. Prestes; FREITAS, Maria Ester de. *Vida Psíquica e Organização*. Rio de Janeiro: FGV, p. 11-22, 2000.

FARAJ, Suane Pastorijsa. SIQUEIRA, Aline Cardoso. *O atendimento e a rede de proteção da criança e do adolescente vítima de violência sexual na perspectiva dos profissionais do CREAS*. Barbarói, Santa Cruz do Sul, n.37, p.67-87, 2012.

FERREIRA, Mário César; MENDES, Ana Magnólia Bezerra. *Trabalho e risco de adoecimento: o caso dos Auditores-Fiscais da Previdência Social Brasileira*. Brasília: Edições LPA, Fenafisp, 2003.

FERREIRA, João Batista. et al. *Situações de assédio moral a trabalhadores anistiados políticos de uma empresa pública*. Psicologia em Revista, Belo Horizonte, v. 12, n. 20, p. 215-234, 2006.

FERREIRA, Stela da Silva. *NOB-RH: Anotada e Comentada*. Brasília, DF: MDS; Secretaria Nacional de Assistência Social, 2011.

FONTANELLA, Bruno José Barcellos; RICAS, Janete; TURATO, Egberto Ribeiro. *Amostragem por saturação em pesquisas qualitativas em saúde: contribuições teóricas*. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, v.24, n.1, p.17-27, jan, 2008.

FRANCO, Tânia. *Trabalho e saúde no polo industrial de Camaçari*. Caderno do CRH. N. 15, p. 27-46, jul/dez, 1991.

FREIRE, Mayara Limeira; ALBERTO, Maria de Fátima Pereira. *Centro de Referência Especializada de Assistência Social: suporte organizacional para atuação do psicólogo*. São Paulo, Cad. psicol. soc. trab. v.16, no.2, dez. 2013. Disponível em: <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1516-37172013000200003](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-37172013000200003)>. Acesso em: 10 ago. 2016.

GIL, Antônio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GROSSI, Patrícia Krieger; VIEIRA, Monique Soares; GASPAROTTO, Geovana Prante; COUTINHO, Ana Rita Costa; BARCELOS, Maria Inês Nunes & LEITE, Madalena. *O trabalho do assistente social no CREAS: impasses e desafios para a garantia dos direitos*. 2012. Disponível em: <[ebooks.pucrs.br/edipucrs/anais/sipinf/edicoes/I/42.pdf](http://ebooks.pucrs.br/edipucrs/anais/sipinf/edicoes/I/42.pdf)>. Acesso em: 10 ago., 2016.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. 16. ed. São Paulo: Loyola, 2006.

JOB, Fernando Pretel Pereira. *Os Sentidos do trabalho e a importância da resiliência nas organizações*. 2003. 237f. Tese (Doutorado em Administração de Empresas). Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2003.

LANCMAN, Selma; UCHIDA, Seiji. *Trabalho e subjetividade: o olhar da psicodinâmica do trabalho*. Cad. psicol. soc. trab. v.6. São Paulo, dez., 2003.

LANCMAN, Selma. (Org.). *Políticas públicas e processo de trabalho em saúde mental*. Brasília, Paralelo 15, 2008.

MACEDO, João Paulo; DIMENSTEIN, Magda. *Expansão e interiorização da Psicologia: reorganização do saberes e poderes na atualidade*. Psicologia ciência e profissão, v.31. n.2, p. 296-13, 2011.

MACEDO, João Paulo; SOUSA, Adrielly Pereira de; CARVALHO, Davi Magalhães de; MAGALHÃES, Mayara Alvez; SOUZA, Francisca Maira Silva de; DIMENSTEIN, Magda. *O psicólogo brasileiro no SUAS: Quantos somos e onde estamos?* Psicologia em Estudo. Maringá, PR, v.16, n.3, p.479-489, jul./set., 2011.

MALVEZZI, Sigmar. Prefácio. In: ZANELLI, João Carlos. et al. *Psicologia Organizacional e do Trabalho no Brasil*. Porto Alegre: Artmed, 2004.

MANZINI, Eduardo José. *Considerações sobre a elaboração de roteiro para entrevista semi-estruturada*. In: MARQUEZINE, Maria Cristina; ALMEIDA, Maria Amélia; OMOTE, Sadão. (Orgs.) *Colóquios sobre pesquisa em Educação Especial*. Londrina: Eduel, p.11-25, 2003.

MARQUES, Rosa Maria. *Parte III - O estado de bem-estar no contexto atual A proteção social e as transformações do mundo do trabalho: garantia de mínimos ou direito de cidadania?* 1997. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/8fmv5/pdf/gerschman-9788575413975-14.pdf>>. Acesso em: 10 ago. 2016.

MARTIN-BARÓ, Ignácio. *O papel do psicólogo*. Estudos de Psicologia, 1, 7-27. Jan./jun. 1997.

MARTINS, Helio Tadeu. *Gestão de carreiras na era do conhecimento*. Gestão de Recompensas e Planos de Carreira, sine loco, 2001. Disponível em: <[http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0CFUQFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.forma-te.com%2Fmediateca%2Fdownload-document%2F4319-gestao-carreiras-era-conhecimento.html&ei=xm3NT7n7K4Oi8ASnjMHEAQ&usq=AFQjCNGpkiD5GzG\\_643NeSE0PZLZt-7HWw&sig2=WUDcBwyA9u7dXn-jo1i-GA](http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0CFUQFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.forma-te.com%2Fmediateca%2Fdownload-document%2F4319-gestao-carreiras-era-conhecimento.html&ei=xm3NT7n7K4Oi8ASnjMHEAQ&usq=AFQjCNGpkiD5GzG_643NeSE0PZLZt-7HWw&sig2=WUDcBwyA9u7dXn-jo1i-GA)>. Acesso em: 13 ago. 2016.

MARTINS, Joel; BICUDO, Maria Aparecida Viaggini. *A Pesquisa Qualitativa em Psicologia: Fundamentos e Recursos Básicos*. 2. ed. São Paulo: Moraes Ltda, 1994.

MELO, Simone Lopes de.; BORGES, Livia de Oliveira. *A Transição da universidade ao mercado de trabalho na ótica do jovem*. Psicologia ciência e profissão, Brasília, v. 27, n. 3, p. 376-395, set. 2007.

MENDES, Ana Magnólia Bezerra. *Psicodinâmica do trabalho: Teoria, método e pesquisas*. São Paulo, SP: Casa do Psicólogo, p. 23-48, 2007.

MENDES, Ana Magnólia Bezerra; MORRONI, Carla Farias. *Trajetória teórica e pesquisas brasileiras sobre prazer e sofrimento no trabalho*. In: MENDES, Ana Magnólia; MERLO, Álvaro Roberto Crespo; MORRONE, Carla Faria; FACAS, Emílio. Orgs. *Psicodinâmica e clínica do Trabalho: temas, interfaces e casos brasileiros*. Curitiba: Juruá, 2011.

MENDES, Ana Magnólia Bezerra. *Aspectos psicodinâmicos da relação homem-trabalho: as contribuições de C. Dejours*. Psicol. cienc. prof. v.15 no.1-3 Brasília, 1995. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1414-98931995000100009>>. Acesso em: 11 ago. 2016.

MERHY, Emerson Elias. *Saúde: a cartografia do trabalho vivo*. São Paulo: Hucitec, 2002.

MERLO, Álvaro Roberto Crespo; MENDES, Ana Magnólia Bezerra. Cadernos de Psicologia Social do Trabalho. *Perspectivas do uso da psicodinâmica do trabalho no Brasil: teoria, pesquisa e ação*. In: Cadernos de Psicologia Social do Trabalho. vol. 12, n. 2, p. 141-156, 2009.

MOTTA, Roberta Fin; SCARPARO, Helena Beatriz Kochenborger. *A Psicologia na assistência social: transitar, travessia*. Psicologia & Sociedade, v.25. n.1, p. 230-239, 2013.

NETTO, José Paulo. *Transformações societárias e Serviço Social*. Serviço Social & Sociedade, São Paulo, ano XVII, n. 50, 1996.

OLIVEIRA, Ricardo Gonçalves de. *Reconfigurando a flexibilização no trabalho bancário: terceirização, desterceirização e a disputa pela dominação do espaço*. In: III Encontro Internacional de Ciências Sociais, 2012, Pelotas/RS. GT3 – Trabalho, Identidades Sociais e Subjetividades, p. 1-2. Disponível em: <[http://www2.ufpel.edu.br/ifisp/ppgs/eics/old/dvd/documentos/gts\\_illeics/gt3/gt3ricardo.pdf](http://www2.ufpel.edu.br/ifisp/ppgs/eics/old/dvd/documentos/gts_illeics/gt3/gt3ricardo.pdf)> Acesso em: 13 mar. 2017.

PAIXÃO, Alessandro Ezequiel da. *A subjetividade no “novo” tempo de trabalho: um estudo sobre a flexibilidade*. 2005. 177 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2005.

PAIXÃO, Cristiano; FILHO, Ricardo Lourenço. *Impactos da terceirização no mundo do trabalho: tempo, espaço e subjetividade*. Rev. TST, Brasília, v. 80, n.3, jul/set. 2014. Disponível em: <[https://juslaboris.tst.jus.br/bitstream/handle/1939/71033/003\\_paixao\\_lourenco\\_filho.pdf?sequence=1](https://juslaboris.tst.jus.br/bitstream/handle/1939/71033/003_paixao_lourenco_filho.pdf?sequence=1)>. Acesso em: 19 ago. 2016.

PAZ, Fernanda Alves Ribeiro. *A precarização no trabalho do assistente social na política de assistência social*. 2015. Disponível em: <<http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2015/pdfs/eixo2/a-precarizacao-no-trabalho-do-assistente-social-na-politica-de-assistencia-social.pdf>>. Acesso em: 10 ago. 2017.

PEREIRA, Lygia Maria. *Violência sexual doméstica contra crianças e adolescentes: uma proposta multidisciplinar de atendimento*. In: CRAMI – Centro Regional aos Maus Tratos na Infância. *Abuso sexual doméstico: atendimento às vítimas e responsabilização do agressor/organização*. São Paulo: Cortez, 2002, p.15-39.

PINTO, Luiz Hosannah de Oliveira. *Gestão de pessoas e comportamento humano no trabalho: aspectos psicodinâmicos e falhas operacionais na indústria*. 2008. Disponível em: <<http://www.revistas.unifacs.br/index.php/rgb/article/viewFile/164/166>>. Acesso em: 10 ago. 2016.

PIRES, Denise. *A estrutura objetiva do trabalho em saúde*. In: LEOPARDI, Maria Tereza. et al. *Processo de trabalho em saúde: organização e subjetividade*. Florianópolis: Papa-livros, 1999.

QUINONERO, Camila Gomes; ISHIKAWA, Carlos Takeo; NASCIMENTO, Rosana Cristina Januário; MANTOVAN, Rosimeire Aparecida. *Princípios e diretrizes da Assistência Social: da LOAS à NOB SUAS*. 2013. Disponível em: <[http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/OSQ\\_30\\_Quinonero\\_3.pdf](http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/OSQ_30_Quinonero_3.pdf)>. Acesso em: 10 set. 2016.

RAICHELIS, Raquel. *Intervenção profissional do assistente social e as condições de trabalho no SUAS*. Serviço Social & Sociedade, São Paulo, n. 104, p. 750-772, out./dez., 2010.

RAICHELIS, Raquel. *O trabalho e os trabalhadores do SUAS: o enfrentamento necessário na assistência social*. In: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e combate à Fome. *Gestão do Trabalho no SUAS: uma contribuição necessária*. Brasília: Secretaria de Nacional de Assistência Social, 2011.

RIBEIRO, Maisa Elena; GUZZO, Raquel Souza Lobo. *Psicologia no Sistema Único de Assistência Social (SUAS): reflexões críticas sobre ações e dilemas profissionais*. 2014. Disponível em: <[http://www.ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/revistalapip/Volume9\\_n1/Ribeiro%20%26%20Guzzo.pdf](http://www.ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/revistalapip/Volume9_n1/Ribeiro%20%26%20Guzzo.pdf)>. Acesso em: 10 set. 2016.

RODRIGUES, Patrícia Ferreira; ALVARO, Alex Leandro Teixeira; RONDINA, Regina. *Sofrimento no trabalho na visão de Dejours*. Revista científica eletrônica de psicologia. Faculdade de Ciências da Saúde de Garça FASU/FAEF. V.37, n.7, 2006. Disponível em: <[www.revista.inf.br](http://www.revista.inf.br)>. Acesso em: 10 ago. 2016.

ROSAS, Paulo; ROSAS, Argentina; XAVIER, Ivonete Batista. Quantos e quem somos. In: CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, *Quem é o psicólogo brasileiro?* São Paulo: Edicon, 1988. p. 32-48.

SENNET, Richard. *A Corrosão do Caráter: as consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. Trad. Marcos Santarrita. 5. ed. Rio de Janeiro: Record, p. 204, 2001.

SENRA, Carmem Magda Ghetti. *Sentidos subjetivos da prática profissional de psicólogos comunitários num espaço institucional*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, PUC-Campinas, Campinas, SP, 2005.

SENRA, Carmem Magda Ghetti; GUZZO, Raquel Souza Lobo. *Assistência social e psicologia: sobre as tensões e conflitos do psicólogo no cotidiano do serviço público*. In: *Psicologia & Sociedade*, v.24, n.2, 293-299, 2012.

SILVA, Janaína Vilares da; CORGOZINHO, Juliana Pinto. *Atuação do psicólogo, SUAS/CRAS e psicologia social comunitária: possíveis articulações*. *Psicologia & Sociedade*, v.23, p.12-21, 2011. Disponível em: <<file:///C:/Users/WinSeven/Downloads/P&S-2012-991.pdf>>. Acesso em: 10 ago. 2016.

SOUZA, Moema Amélia Serpa Lopes. *Trabalho em saúde: as (re)configurações do processo de desregulamentação do trabalho*. In DAVI, J., MARTINIANO, C., and PATRIOTA, LM., orgs. *Seguridade social e saúde: tendências e desafios* [online]. 2.ed. Campina Grande: EDUEPB, 2011. p. 147-174.



SUPER, Donald E. *Toward Making Self Concept Theory Operational*. In: BROWN, Duane; BROOKS, Linda. (Orgs.) *Career Choice and Development*. San Francisco, JosseyBass, 1990. p.197-261.

VALORE, Luciana Albanese; SELIG, Gabrielle Ana. *Inserção profissional de recém-graduados em tempos de inseguranças e incertezas*. Estudos e Pesquisas em Psicologia, UERJ, RJ, Ano 10, N. 2, P. 390-404, 2º quadrimestre de 2010. Disponível em: <<http://www.revispsi.uerj.br/v10n2/artigos/pdf/v10n2a07.pdf>>. Acesso em: 10 ago. 2016.

VIANA, Márcio Túlio. *Sindicato e trabalhador: a flexibilidade por meio do sujeito*. In: DELGADO, Gabriela Neves; BRITTO PEREIRA, Ricardo José Macedo (Org.). *Trabalho, constituição e cidadania: a dimensão coletiva dos direitos sociais trabalhistas*. São Paulo: LTr, 2014. p. 293.

VIANA; Eliete Augusta de Souza; MACHADO, Marília Novais da Mata. *O Sentido do Trabalho no Discurso dos Trabalhadores de uma Organização do Terceiro Setor em Belo Horizonte*, 2011. Disponível em: <[http://www.fafich.ufmg.br/prisma/images/stories/Docs/gt4/O\\_sentido\\_do\\_trabalho.pdf](http://www.fafich.ufmg.br/prisma/images/stories/Docs/gt4/O_sentido_do_trabalho.pdf)>. Acesso em: 20 ago. 2016.

WORLD HEALTH ASSOCIATION. *Division of Mental Health*. Qualitative Research for Health Programmes. Geneva: WHA, 1994.

XIMENES, Verônica Moraes; DE PAULA, Luana Rêgo Colares; BARROS, João Paulo Pereira. *Psicologia comunitária e política de assistência social: diálogos sobre atuações em comunidades*. *Psicol. cienc. prof.* v.29 n.4 Brasília dez. 2009. Disponível em: <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-98932009000400004](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932009000400004)>. Acesso em: 20 ago. 2016.

XIMENES, Verônica Moraes; DE PAULA, Luana Rêgo Colares; BARROS, João Paulo Pereira. *Psicologia Comunitária e Política de Assistência Social: diálogos sobre atuações em comunidades*. No prelo. 14p. 2009.

YAMAMOTO, Oswaldo Hajime. *Políticas sociais, “terceiro setor” e “compromisso social”:* perspectivas e limites do trabalho do psicólogo. *Psicologia & Sociedade*, v.1, n.19, 30-37, 2007.

YAMAMOTO, Oswaldo Hajime; Paiva, Ilana Lemos de. *Formação e prática comunitária do psicólogo no âmbito do “terceiro setor”*. *Estudos de Psicologia*, v.15, n.2, 153-160, 2010.

## APÊNDICE A

### 1. Dados do entrevistado:

- 1) Nome:
- 2) Idade:
- 3) Estado Civil:

### 2. Formação/trajetória:

- 4) Instituição de formação:
- 5) Ano de Formação:
- 6) Pós-graduação *lato sensu/ stricto sensu* (instituição/ área, tema de pesquisa):
- 7) Disciplinas/ temáticas/ experiências (pesquisa, extensão, eventos) que contribuíram para a atuação nessa política pública?

### 3. Prática profissional:

- 8) Período de trabalho no CREAS:  
 Início: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
 Fim: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_
- 9) Como surgiu a oportunidade de trabalhar em um CREAS?
- 10) Porque você foi trabalhar no CREAS?
- 11) Qual era o seu regime e carga horária de trabalho no serviço?
- 12) Durante a sua atuação no CREAS, você teve outros empregos? Se sim, qual é a carga horário e o motivo?
- 13) Como foi sua inserção no serviço? Você teve algum treinamento para desenvolver este trabalho?
- 14) A atuação no CREAS/Assistência Social estava determinada no seu plano de carreira?
- 15) Quais os aspectos negativos e positivos da contratação temporária?
- 16) Quais os aspectos que você considerava positivos no seu trabalho?
- 17) Quais as principais dificuldades que você encontrava no seu trabalho?
- 18) Você conseguia pensar em estratégias para enfrentar as dificuldades que encontrava?
- 19) Como era o ambiente de trabalho? Estrutura física e clima de trabalho.
- 20) Como foi a experiência do trabalho temporário para você?
- 21) Quais são os pontos positivos e negativos desta experiência de trabalho?
- 22) Você está trabalhando atualmente? Se sim, em qual local? Como foi/está sendo a sua reinserção?

- 23) Você já planejava se reinserir no mercado de trabalho antes do contrato terminar ou deixou para procurar depois do término do contrato?
- 24) Como foi a primeira tentativa, houve mais de uma frente de trabalho?
- 25) Se você tivesse oportunidade de trabalhar em um serviço da assistência social, você retornaria?
- 26) Para finalizar, como você acredita que a experiência de trabalho no CREAS tenha influenciado no seu trabalho/vida?

## APÊNDICE B

### Termo de Consentimento Livre e Esclarecido



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA  
NÚCLEO DE ESTUDOS INTERDISCIPLINAR EM SAÚDE

PESQUISADORA RESPONSÁVEL: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Aline Cardoso Siqueira

ENDEREÇO: Av. Roraima, nº 1000, prédio 74B, 2º andar, sala 3304. Cidade Universitária  
Bairro Camobi – Santa Maria/RS. CEP: 97015-900 Fone: (55) 3220-9304

### Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

#### **Pesquisa: Experiência de trabalho temporário de psicólogos que atuaram no CREAS**

Estamos realizando uma pesquisa que tem por objetivo compreender o sentido do trabalho para psicólogos que atuaram no campo da Assistência Social, especificamente no CREAS, de um Município do interior do Rio Grande do Sul. Participarão deste estudo psicólogos que desenvolveram atividades profissionais nos Centros de Referência da Assistência Social - CREAS da cidade de Santa Maria/RS. Os dados serão coletados através de uma entrevista semiestruturada, a ser agendada no melhor dia e horário para os participantes, e terá duração entre 1 hora e 1 hora e 30 min. Os dados obtidos serão mantidos em sigilo e as informações serão utilizadas para fins de pesquisa, sem identificação do nome dos participantes.

Os participantes poderão solicitar esclarecimentos sobre os procedimentos e outros assuntos relacionados com a pesquisa, podendo interromper sua participação a qualquer momento, sem que isto lhe traga prejuízo. Considerando a técnica a ser utilizada para a realização desta pesquisa, bem como o fato de que esta não tem por objetivo testar nem experimentar nenhum procedimento novo, julga-se, portanto, a existência de riscos mínimos para os participantes. Contudo, caso sejam identificadas situações de desconforto psicológico, suscitado pela pesquisa, as pesquisadoras responsabilizar-se-ão por avaliar a situação e, se houver necessidade de atendimento psicológico, encaminharão a participante a um serviço de atendimento psicológico. Os benefícios para as participantes poderão decorrer da disponibilidade de escuta oferecida pelas pesquisadoras, assim como as possíveis mudanças qualitativas decorrentes da reflexão sobre o tema, além da construção do conhecimento e da possibilidade de trazer melhorias práticas e visíveis para os trabalhadores. Todo o material coletado nesse centro (UFSM) será mantido em sigilo no Departamento de Psicologia/UFSM, sendo destruído após cinco anos da finalização da pesquisa.

Agradecemos a colaboração dos participantes e colocamo-nos à disposição para esclarecimentos adicionais com a pesquisadora-coordenadora do projeto na UFSM, Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Aline Cardoso Siqueira, que pode ser contatada pelo telefone: (55) 3220-9304. Os contatos do Comitê de Ética em Pesquisa da UFSM encontram-se descritos no rodapé de cada página.

### **Autorização**

Eu, \_\_\_\_\_, após a leitura ou a escuta da leitura deste documento e ter tido a oportunidade de conversar com a pesquisadora responsável, para esclarecer todas as minhas dúvidas, estou suficientemente informado, ficando claro que minha participação é voluntária e que posso retirar este consentimento a qualquer momento sem penalidades ou perda de qualquer benefício. Estou ciente também dos objetivos da pesquisa, dos procedimentos aos quais serei submetido, dos possíveis danos ou riscos deles provenientes e da garantia de confidencialidade. Diante do exposto e de espontânea vontade, expresso minha concordância em participar deste estudo e assino este termo em duas vias, uma das quais foi-me entregue.

---

Participante

---

Responsável pela Pesquisa

Data: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_